

HISTÓRIA DO *Espírito Santo*

Sebastião Pimentel Franco

Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

História
Licenciatura



A primeira unidade aborda a colonização do ES, evidenciando o processo de chegada dos portugueses, as dificuldades no início da colonização, até sua consolidação a chegada dos missionários e o trabalho por estes efetuado.

Na unidade seguinte, tratamos da economia colonial e da escravidão negra evidenciando suas diferentes formas de trabalho, suas lutas, resistências e acomodações. Tratamos do modelo econômico e da monocultura do açúcar na economia local.

Na terceira unidade, analisamos as transformações ocorridas no ES no decorrer do século XIX. Destacamos as mudanças nos cenários da economia e da sociedade, pautados na produção e exportação do café e a chegada das correntes imigratórias.

A quarta unidade trata ainda da importância do café no cenário econômico local até a instalação do projeto de industrialização ocorrido na década de 1960.

A unidade cinco discute o novo cenário político a partir da implementação da República, evidenciando os grupos oligárquicos dominantes e sua política coronelística, até o advento da Revolução de 30.

Na unidade seis, evidenciamos os aspectos socioculturais do Espírito Santo, e mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XIX e XX.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância



HISTÓRIA
DO
Espírito Santo

Sebastião Pimentel Franco

Vitória
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Diretoria de Educação a Distância DED/CAPES/MEC

Jean Marc Georges Mutzig

Reitor

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a

Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Teresa Cristina Janes Carneiro

Coordenadora Adjunta UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)

Renato Rodrigues Neto

Coordenadora do Curso de Graduação Licenciatura em História – EAD/UFES

Geraldo Antônio Soares

Revisor de Conteúdo

Adriana Pereira Campos

Revisor de Linguagem

Fernanda Scopel

Design Gráfico

LDI – Laboratório de Design
Instrucional

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514
CEP 29075-910, Goiabeiras
Vitória – ES
(27) 4009-2208

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F825h Franco, Sebastião Pimentel, 1957-
História do Espírito Santo / Sebastião Pimentel Franco. - Vitória : Universidade
Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.
120 p. : il. ; 22 cm

Inclui bibliografia.

ISBN: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. Espírito Santo (Estado) - História. I. Título.

CDU: 94(815.2)

Laboratório de Design Instrucional

LDI coordenação

Geyza Dalmásio Muniz
Letícia Pedruzi Fonseca
Priscilla Garone
Renata da Silva Machado
Ricardo Esteves

Gerência

Giulliano Kenzo Costa Pereira
Patrícia Campos Lima

Editoração

Amanda Ardisson

Ilustração

Hugo Bernardino

Capa

Amanda Ardisson
Hugo Bernardino

Impressão

XXXXXXXXXXXX

Copyright © 2015. Todos os direitos desta edição estão reservados à SEAD. Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Secretária de Ensino a Distância da SEAD – UFES.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

Sumário

1. *Introdução*

4

2. *Colonização da capitania do Espírito Santo*

9

3. *A economia colonial e a escravidão*

27

4. *O Espírito Santo no século XIX:
da independência à proclamação da república*

43

5. *Do café aos grandes projetos industriais*

63

6. *A política na república*

75

7. *Aspectos socioculturais*

97

8. *Referências*

IIIO

Introdução

Olá!

Iniciaremos agora a disciplina de História do Espírito Santo.

Este livro está estruturado em seis unidades. Na primeira, abordamos a colonização da Capitania do Espírito Santo, buscando evidenciar o processo de chegada dos portugueses, as dificuldades dos primeiros anos de colonização, até a sua consolidação. Tratamos ainda dos habitantes naturais que os portugueses encontraram quando aqui chegaram e dos conflitos inerentes a esse contato. Por fim, tratamos da chegada dos missionários e o trabalho por estes efetuados no sentido de modificar os costumes e crenças dos grupos indígenas existentes.

Na unidade seguinte, tratamos da economia colonial e da instituição da escravidão, em particular da escravidão negra. Evidenciamos o modelo econômico de exploração, implementado nos tempos coloniais, demonstrando a importância da monocultura do açúcar na economia local. Nessa mesma unidade, tratamos da temática escravidão, evidenciando as diferentes formas de trabalho dos escravos, avaliando a importância dessas formas na vida cotidiana no campo e na cidade. Abordamos ainda o escravo e suas lutas, resistências e acomodações.

Na terceira unidade, analisamos as transformações ocorridas no Espírito Santo no decorrer do século XIX, durante a fase imperial até a proclamação da República. Destacamos as mudanças nos

cenários da economia e da sociedade, pautados na produção e exportação do café e a chegada das correntes imigratórias.

A quarta unidade tratou ainda da importância do café no cenário econômico local até o advento da instalação do projeto de industrialização que se concretizou a partir da década de 1960. Evidenciamos a repercussão dessa mudança da lógica econômica, avaliando os impactos sociais que essa nova dinâmica trouxe para o Estado do Espírito Santo e a sua repercussão nos dias atuais.

A unidade cinco privilegia uma discussão sobre o novo cenário político a partir da implementação da República. Assim buscamos evidenciar os grupos oligárquicos dominantes e sua política coronelística, até o advento da Revolução de 30 que irá alterar o quadro de domínio político das lideranças locais. Discutimos, ainda, as repercussões da implementação do Golpe de 1964 e as resistências e aderências a esse momento político.

Por fim, na unidade seis, evidenciamos os aspectos socioculturais do Espírito Santo, buscando destacar as significativas mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XIX e XX.

Desejamos a você um bom estudo!

Sebastião Pimentel Franco



Capítulo I



A colonização da capitania do Espírito Santo

Se não é correto falar que, nos primeiros anos após sua ocupação, Portugal tenha abandonado o Brasil, em contrapartida pode-se dizer que, em razão de outros interesses, a Coroa Portuguesa teve como foco os negócios com o Oriente, que à época lhe eram mais rentáveis. Para Francisco Iglésias (1989, p. 52), a atenção primordial, por parte de Portugal, em relação ao Oriente, deu-se em função de que “A Índia era riqueza certa, enquanto o Brasil era uma incógnita, princípio sem maior interesse”.

Nos primeiros tempos, foram encontrados no Brasil os metais preciosos que tanto a Coroa Portuguesa ambicionava; por outro lado, os habitantes naturais do Brasil não desenvolviam atividade econômica que pudesse ser levada adiante satisfazendo os interesses colonialistas. A saída encontrada por Portugal, para se aproveitar economicamente da região recém-descoberta, foi enveredar pela exploração de uma madeira muito encontrada no Brasil, o pau-brasil. Essa madeira tinha razoável valor no mercado europeu. Era utilizada nas construções, na fabricação de móveis e também no tingimento de tecidos, com uma tinta vermelha dela extraída. O pau-brasil se tornou, desde então, monopólio da Coroa, que arrendava sua exploração a comerciantes portugueses.

Para efetuar a extração e exportação da madeira, os arrendatários portugueses que se dedicavam a essa atividade contavam basicamente com as tripulações das embarcações, que faziam sua exportação, e com a mão de obra indígena, que cortava e transportava esse produto até as feitorias. Estas foram estabelecidas como

forma de se criar uma estrutura para a exploração dessa atividade econômica, o que se fazia por meio de contrato de arrendamento. O primeiro comerciante português a firmar essa parceria com a Coroa Portuguesa foi Fernão de Noronha.

A madeira explorada no Brasil era exportada para Lisboa e de lá se deslocava para várias praças europeias por meio de intermediários, gerando grande fonte de riqueza não só para os comerciantes, mas também para a própria Coroa Portuguesa.

Somente quando povos estrangeiros começam a penetrar em território da sua colônia (Brasil), e o Oriente já não lhe é tão rentável, é que Portugal toma a iniciativa de efetivar a colonização do Brasil. Embora Portugal, preocupado com a penetração de povos estrangeiros no Brasil, como franceses, holandeses e ingleses, tivesse buscado vigiar o litoral brasileiro para impedir o contrabando de pau-brasil e mesmo evitar a ocupação de territórios de sua colônia, as expedições policiaescas, chamadas de “Guarda-Costas”, não davam conta de coibir a presença de povos invasores. Dessa forma, não restou outra opção que não fosse dar à colônia uma organização administrativa.

Anteriormente à organização administrativa que se inicia com a adoção do sistema de Capitânicas Hereditárias, já experimentado pela Coroa Portuguesa em suas ilhas do Atlântico, o Brasil recebeu uma expedição, chamada de colonizadora, capitaneada por Martim Afonso de Souza.

O sistema de Capitânicas Hereditárias definiu a demarcação de faixas de terras, cujos donatários deveriam explorar. O sistema se efetiva no reinado de D. João III, em 1534. De acordo com o estabelecido pela Coroa, cabia aos donatários, com seus recursos próprios, tocar a empreitada da ocupação e colonização das terras recebidas. Eles passam a ter usufruto da terra, embora estas continuassem pertencendo à Coroa. Como donatários, tinham jurisdição cível e criminal, podendo fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias. Em contrapartida, a Coroa recebia tributos sobre o que era produzido na capitania.

Conquanto fossem homens ligados à Corte Portuguesa, pertencentes à pequena nobreza, burocratas e comerciantes, a maioria dos donatários não teve recursos financeiros suficientes para empreender a colonização, o que fez com que o sistema de donataria, de modo geral, tenha tido insucesso. Tanto assim que Portugal resolve, em 1548, instituir o Governo-Geral no Brasil, o que diminuirá as prerrogativas dos donatários que, de alguma forma, passam a prestar contas ao Governador-Geral.

Independentemente do fracasso da tentativa de centralização do poder por parte da Coroa Portuguesa, ou ainda do insucesso da maioria das capitanias, desde cedo a economia se desenvolve na nova colônia. Se, inicialmente, a atividade econômica foi a exploração do pau-brasil, com o sistema de Capitánias Hereditárias, teremos uma nova fonte de renda para a Metr6pole portuguesa: a produç6o do açúcar a partir das grandes lavouras e da constituiç6o de engenhos.

Podemos dizer que, t6o logo a ocupaç6o do territ6rio brasileiro começa a se efetivar, Portugal implementa as chamadas “[...] práticas mercantilistas, consubstanciadas — no concernente às relações entre as metr6poles e suas colônias — no que se convencionou chamar *antigo sistema colonial*” (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 25).

Pelo sistema de Capitánias Hereditárias, o territ6rio brasileiro foi dividido em grandes lotes, com extens6es que variavam de 30 a 100 léguas de costa. Esses lotes foram entregues aos donatários que deveriam gerir o processo de ocupaç6o e colonizaç6o de sua capitania.

A Capitania do Espírito Santo coube a Vasco Fernandes Coutinho. Embora ele não fizesse parte da nobreza portuguesa, era um fidalgo que havia se destacado pelos relevantes serviços militares prestados à Coroa Portuguesa em Goa, Málaca e na China. Graças ao que juntou com o pecúlio que recebia quando estava prestando tais serviços, Vasco Fernandes Coutinho adquiriu uma quinta em Alenquer. Ao regressar a Portugal, passou a perceber uma pens6o vitalícia concedida pelo rei (OLIVEIRA, 2008).

Para ocupar e colonizar a capitania recebida, Vasco Fernandes Coutinho vendeu sua propriedade em Alenquer à Real Fazenda e, para conseguir o navio e as provisões para trazê-lo ao Brasil, renunciou à pensão que recebia do Erário, no valor de trinta mil reais.

Reunindo 60 colonos, entre eles alguns nobres, como D. Jorge Menezes e D. Simão Castelo-Branco, partiu de Lisboa no início de 1535, chegando ao Espírito Santo no dia 23 de maio do mesmo ano, na região em que hoje se situa o município de Vila Velha, no Morro do Moreno.

A recepção dos naturais da terra aos portugueses não foi nada cordial. De toda forma tentaram impedir o desembarque do donatário e sua comitiva. O fato de os portugueses terem efetuado disparos com armas de fogo acabou afugentando os naturais para a floresta.

A reação dos nativos fez com que os portugueses entendessem que, para ocupar o território, seria necessária a construção de defesa contra possíveis novos ataques. Segundo Basílio Daemon (2010), aproveitando a madeira encontrada na região, eles ergueram paliçadas, contornando a faixa da praia, onde ali também acabaram construindo as primeiras habitações, buscando precaver-se das intempéries da natureza e de animais. Por suas tradições católicas, em seguida, dedicaram-se à construção de uma pequena capela.

Entre as prerrogativas dos donatários, estava a possibilidade de conceder terras. Se não sabemos a totalidade dessas primeiras concessões, podemos afirmar que o território da Ilha do Boi foi distribuído a D. Jorge de Menezes e a Ilha do Frade, a Valentim Nunes. Posteriormente, em 1537, foi concedida, ainda, a Ilha de Santo Antônio a Duarte Lemos, que teria vindo com o donatário no trabalho de ocupação da capitania.

A efetivação da colonização

Tocar a empreitada não foi uma tarefa fácil para o donatário Vasco Fernandes Coutinho. As dificuldades foram sempre muito

grandes. A falta de recursos financeiros, as desavenças surgidas entre os próprios colonos, a resistência indígena e os ataques de navios estrangeiros podem ser apontados como fatores que muito contribuíram para as dificuldades dos primeiros tempos de ocupação e efetivação na colônia.

Outro fator que contribuiu para dificultar o processo de colonização foi a necessidade de Vasco Fernandes Coutinho se ausentar algumas vezes da capitania, deixando em seu lugar um preposto. Sabe-se de algumas dessas ausências do donatário: em 1540, esteve em Lisboa para resolver uma querela entre ele e Duarte Lemos; em 1547, tem-se informação de que retornou à capitania; de 1550 a 1555, as notícias são de um novo retorno de Vasco Fernandes Coutinho à Europa.

A situação da capitania estava tão precária, que os recursos auferidos com as atividades econômicas desenvolvidas, segundo Oliveira (2008), não eram suficientes para saldar o que era devido ao padre Gomes Ribeiro, gastos estes referentes a dízimos das miunças. Outro fato que confirma a situação de precariedade econômica da capitania foi relatado pelo governador-geral em 1553, referindo-se ao estado lastimável em que se encontravam os engenhos de açúcar.

Em 1558, ocorreu um grande embate entre portugueses e os habitantes naturais, nas margens do rio Cricaré, em São Mateus. Acuado pelos habitantes naturais, não restou ao donatário outra alternativa senão pedir ajuda ao governador Mem de Sá, que enviou 200 homens armados. Após um grandioso embate, muitos índios foram mortos. Nesse combate, veio a falecer Fernão de Sá, filho do governador-geral.

Entre 1560 e 1561, ocorre a morte do donatário Vasco Fernandes Coutinho. A capitania vai ser governada, então, por seu herdeiro, Vasco Fernandes Coutinho Filho, que empreendeu a construção de engenhos e buscou aumentar o quantitativo populacional da capitania. De certa forma, houve uma trégua na luta entre índios e colonos, o que certamente contribuiu para o desenvolvimento econômico da capitania, com a construção de novos engenhos

de açúcar e o incremento do comércio direto com Portugal (OLIVEIRA, 2008). Segundo Daemon (2010, p. 137), Vasco Filho atuou

[...] desenvolvendo a lavoura, concedendo terras a quem as queria, confirmando as sesmarias concedidas por seu pai nas pessoas dos descendentes dos primeiros concessionários, já falecidos, mandando que se construíssem novos engenhos, se aumentasse a criação de gado, se plantasse em grande escala a cana, o algodão, o anil e cereais, fazendo por chamar à ordem os índios que se achavam dispersos, empregando-os no cultivo das terras.

Em seu governo, foi importante a colaboração que o Espírito Santo deu à luta contra a expulsão dos franceses no Rio de Janeiro.

Em 1589, morre o donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho, sendo sucedido por sua viúva, D. Luisa Grimaldi, que contou com a ajuda do adjunto Miguel de Azeredo na administração da capitania. Em 1593, ela deixa a administração da capitania em razão do parecer favorável dado a Francisco de Aguiar Coutinho, parente mais próximo do anterior donatário, que pleiteou na Justiça o direito de sucedê-lo, uma vez que do casamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho com D. Luisa não houvera descendência. No governo de Luisa Grimaldi, ingleses comandados por Thomas Cavendish tentaram invadir a capitania em 1592, tendo sido derrotados.

Francisco de Aguiar Coutinho só teria assumido a chefia da capitania em 1620. Em seu governo, ocorreu a investida dos holandeses comandados por Peter Heyn, em 1625. Foram derrotados quando tentavam invadir a cidade de Vitória. No embate entre holandeses e defensores da capitania, destaca-se a figura da moradora de Vitória, Maria Ortiz. Dois anos mais tarde, os holandeses retornam, alcançam o Porto de Vitória, aprisionando dois navios carregados de açúcar. Desembarcam e tomam de assalto a Ilha de Vitória. No entanto, se, inicialmente, os holandeses saíram vitoriosos, ao final são derrotados, tendo que se

retirar. Investem então contra a cidade de Vila Velha, onde novamente são derrotados.

Em 1627, morre Francisco de Aguiar Coutinho. Seu filho e herdeiro, Ambrósio de Aguiar Coutinho, nunca veio para o Espírito Santo. Diferentes herdeiros do primeiro donatário acabaram assumindo a Capitania do Espírito Santo, mas a maioria deles nunca veio para cá, enviando capitães-mores para governá-la durante suas ausências. Em 1674, a capitania foi vendida a um não herdeiro de Vasco Fernandes Coutinho. Francisco Gil de Araújo comprou-a pela importância de 40 mil cruzados, nela se estabelecendo dois anos mais tarde. Com ele veio

[...] grande porção de gente, acessórios e munições, e aqui chegando dá logo andamento a fazer prosperar a sua donataria, fazendo concessões, fazendo prosperidade da lavoura e doando aos colonos, lavradores que consigo trouxera e a mais gente que com ele viera, terras para lavrar, ajudando a montar engenhos e fábricas [...]. Ordenou também construir-se logo fortalezas para defesa dos moradores da mesma capitania (DAEMON, 2010, p. 179).

Não conseguindo o sucesso da capitania como esperava, Francisco Gil de Araújo, em 1683, retorna à Bahia, onde exercia importante atividade comercial. Será sucedido pelo seu filho, Manoel Garcia Pimentel, que nunca veio para a capitania, nomeando um governador em seu lugar. Com a morte de Manoel Garcia Pimentel, em 1711, sem deixar herdeiros legítimos, somente colaterais, a capitania passa às mãos de Cosme Rolim de Moura, seu primo e cunhado, que acaba vendendo-a para a Coroa pelo valor de 40 mil cruzados.

A partir de então, passaram a governar a capitania autoridades intituladas capitães-mores, indicadas pela Coroa. Nesse período, a capitania fica sob jurisdição da Bahia, fato que só irá se alterar em 1811.

Designado governador da capitania, Silva Pontes assume o posto em 1800. Diversas foram as iniciativas desse governante

com o intuito de promover o desenvolvimento da capitania. Buscou efetivar o povoamento às margens do rio Doce, na expectativa de ampliar atividades comerciais com Minas Gerais. Efetivou, ainda, o estabelecimento de limites entre a Capitania do Espírito Santo e Minas Gerais. Para evitar os confrontos com os indígenas que habitavam o interior da capitania, procurou estabelecer uma política de aproximação com eles. O governo de Silva Pontes foi caracterizado ainda pelo enfrentamento que teve com a população local. Sobre ele recaíram sérias acusações, que resultaram em representações às autoridades portuguesas. Em 1804, é designado para governar a capitania Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, que realizou um governo caracterizado pelo conflito com a população local, que também efetuou representações contra ele. No dizer de Oliveira (2008), Tovar teria se incompatibilizado com os “figurões” da terra.

Em 1812, toma posse no governo da capitania Francisco Alberto Rubim. Nesse momento a Corte Portuguesa encontrava-se no Rio de Janeiro, motivada pela invasão napoleônica a Portugal. Rubim, por ter laços de parentesco com o poderoso intendente da Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, conseguiu apoio para implementar uma série de ações visando a garantir o desenvolvimento da capitania. Para tanto, iniciou a construção de uma estrada ligando o Espírito Santo a Minas Gerais. Ao longo dessa estrada, foram criadas guarnições militares em quartéis, que serviam para combater ataques indígenas. Objetivando desenvolver atividades comerciais, introduziu imigrantes açorianos na atual localidade de Viana, tendo em vista desenvolver ali a agricultura. Nesse sentido, efetuou a desobstrução do canal de Camboapina para ligação do rio Jucu com a baía do Espírito Santo, incrementou a plantação de mandioca para a produção de farinha nas propriedades e quartéis estabelecidos nas margens do rio Doce e incentivou as culturas de trigo e linho, além da sericultura (OLIVEIRA, 2008). Deixou a administração da capitania em 1819.

Os habitantes naturais que os portugueses encontraram

Para conhecermos um pouco a respeito da história e da cultura dos habitantes naturais encontrados pelos portugueses que vieram ocupar a Capitania do Espírito Santo, primeiramente, é preciso entender quais são as características que permitem definir determinado grupo étnico americano como *indígena*.

A definição antropológica do que vem a ser *índio* envolve ser descendente genealógico de uma comunidade silvícola de origem pré-histórica, possuir pele morena, olhos e cabelos pretos e lisos, estatura mediana baixa e aspectos fisionômicos de mongóis. Essas características não se baseiam apenas em observações do biótipo desses grupos. Elas se cruzam com as teorias das pesquisas arqueológicas, segundo as quais os ameríndios são originários de grupos imigrantes asiáticos, australianos ou malaio-polinésios.

No presente caso, para compreendermos a chamada “pré-história” dos habitantes originais da região onde atualmente se localiza Aracruz, buscamos auxílio no trabalho dos arqueólogos Celso Perota e Mozart Mendonça (1992). Esses estudiosos localizaram suas origens por volta do ano 5000 a.C., quando suas tecnologias eram mais simples, similares ao que se costuma denominar de “período da pedra lascada” nos estudos pré-históricos. Puderam identificar ainda uma fase posterior, quando os grupos já detinham um sistema mais complexo de organização e uma técnica mais apurada, marcada pela produção de cerâmica. Tanto numa como noutra fase, os grupos viviam à procura de ecossistemas que lhes garantissem alimentos.

Com o passar dos anos, as civilizações ameríndias foram se desenvolvendo e constituindo diferentes tribos. Hoje, os chamados índios brasileiros integram uma parte mais recente da história das populações nativas do Brasil, história essa fortemente influenciada pelo contato com o colonizador europeu.

No século XVI, quando se inicia o processo de colonização do solo capixaba, os nativos aqui encontrados tinham seu próprio modo de vida, bem diferente dos colonos portugueses que, em 1535, começaram a chegar às terras do Espírito Santo. Estes se depararam com diferentes nações indígenas, identificáveis segundo o idioma que praticavam, destacando-se os seguintes grupos:

- i) os do tronco *tupi*: os tupinambás, que habitavam as terras próximas aos rios São Mateus e Itaúnas; os tupiniquins, que ocupavam a região da atual cidade de Vitória; e os temiminós, no litoral sul do Estado, próximo aos rios Itapemirim e Itabapoana;
- j) os do tronco *macro-jê*: os malalis e pataxós habitavam o litoral norte e as terras próximas ao rio Doce; os puri-coroados viviam na região dos rios Itapemirim, Itabapoana e litoral sul; e os botocudos se localizaram na região norte do rio Doce.

Assim, os tupiniquins, tupinambás e temiminós, que habitavam a faixa costeira e as porções dos vales dos rios Cricaré, Doce e Itaúnas, eram representantes do grupo tupi. Por outro lado, os nativos conhecidos genericamente como botocudos, que viviam nas áreas ao longo do vale do rio Doce, inserem-se no grupo jê. Infelizmente, a maioria desses povos foi extinta, restando, hoje, no Espírito Santo, apenas alguns representantes dos tupiniquins, que habitam o município de Aracruz numa reserva indígena.

De maneira geral, habitualmente, os indígenas viviam em comunidades dividindo espaço e alimentos. Nômades ou seminômades, esses grupos estariam ali desde 1500 a.C. Dedicando-se à coleta de frutas e raízes, à caça, à pesca e a uma agricultura, embora pouco desenvolvida, baseada no cultivo de mandioca, milho, cana, inhame, abóbora, fumo e algodão, viviam próximos a regiões de rios e de florestas, de onde tiravam o sustento. As mulheres tinham importante papel nas sociedades indígenas. Além de trabalhar a terra, ficavam encarregadas de preparar a farinha

de mandioca (um dos alimentos mais importantes para os indígenas), fiar o algodão, tecer redes, coletar frutos silvestres e mariscos, cuidar das crianças, entre outras atividades. Aos homens cabiam a derrubada das árvores e a preparação da terra para o plantio, além da caça e da pesca. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares. Para limpar o terreno para o plantio, os indígenas praticavam a queimada, que era conhecida entre eles por coivara.

Voltemos, então, ao momento da entrada, no Espírito Santo, dos primeiros missionários jesuítas, homens que vieram a estas terras com o objetivo de realizar a conversão dos habitantes nativos, ampliando os domínios da fé católica e a quantidade de súditos “*del rei*”.

A chegada dos missionários

Tão logo se inicia a posse do território descoberto pelos portugueses, ainda no século XVI, começam a chegar ao Brasil as ordens religiosas. Os religiosos daqui estavam subordinados a uma diretriz política estabelecida, formando um espírito de corpo dentro da instituição.

O fato de a Europa estar vivenciando neste período o momento das Reformas religiosas — com a radicalização por parte de católicos e protestantes — só vem a dar sustentação a tal raciocínio. No entanto, é necessário investigarmos até que ponto isso de fato ocorre. Nos limitamos [sic] aqui à análise desse fenômeno na então recém-surgida Companhia de Jesus. Tendo como principal propósito ‘a propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrinas cristãs’, a ordem dos jesuítas, fundada em setembro de 1540 por Inácio de Loyola, inicialmente baseava suas atividades no ministério de Jesus e de seus discípulos, ou seja, o ideal apostólico (*vita apostolica*) exemplificado no Novo Testamento. Desta forma, surgia um aspecto completamente novo nas

ordens religiosas da história do cristianismo, essencial para compreendermos o embate travado quanto às diretrizes do trabalho de catequese e também para uma melhor caracterização dos grupos ligados a tal polêmica (SANTOS, 2005, f. 2).

Entre os jesuítas que vieram desenvolver trabalho missionário na Capitania do Espírito Santo, destacamos o Padre José de Anchieta, Afonso Brás, que construiu o Colégio São Santiago, e o padre Brás Lourenço.

Se a ordem jesuítica foi a mais importante no trabalho de conversão dos gentios, isso não significa que foi a única. A Ordem dos Franciscanos também teve, na Capitania do Espírito Santo, um papel muito significativo no trabalho de conversão dos indígenas ao catolicismo. O frei Pedro Palácios foi o primeiro e o mais importante representante dessa ordem; teria chegado na capitania em 1558, onde construiu uma edificação em homenagem a Nossa Senhora da Penha. No governo de Luisa Grimaldi, os franciscanos receberam terras na parte alta da cidade de Vitória, onde edificaram o Convento de São Francisco.

Três foram os tipos de escolas criados pelos religiosos: a de catequese, para os nativos; a de ler e escrever, para os filhos de colonos; e o seminário, onde realizavam a formação de sacerdotes.

Os jesuítas fundaram os chamados *aldeamentos missionários* — também conhecidos como *reduções*¹ — para onde eram direcionados os grupos indígenas, voluntariamente ou à força. No Espírito Santo, os aldeamentos fundados pelos jesuítas foram: Nova Almeida, Santa Cruz, Reritiba (Guarapari), Benevente (Anchieta), Muribeca (Presidente Kennedy), Araçatiba (Viana), Cariacica e Ca-

1. Povoados indígenas administrados por padres da Companhia de Jesus (jesuítas) com o objetivo de levar os nativos a converterem-se ao Cristianismo. Neles, os índios tornavam-se sedentários por meio do exercício da agricultura e eram obrigados a obedecer ao calendário cristão, praticando os ritos e costumes europeus (Cf. VAINFAS, 2001, p. 21–24).

rapina. Mais tarde, esses locais tornaram-se povoados e vilas, resultando na expansão e povoamento da capitania.

Além da evangelização, os aldeamentos tinham também o propósito de arregimentar os índios como força militar para ser usada contra tribos hostis ou invasores estrangeiros. Justificando essa política, havia o discurso de que os aldeamentos impediriam a escravidão dos índios pelos colonos portugueses. Sabe-se hoje que as práticas aplicadas aos nativos nesses aldeamentos acabaram contribuindo para o aniquilamento da sua cultura e identidade, especialmente por estimularem a sedentarização. Os jesuítas acreditavam que, com o desestímulo à vida nômade e a conseqüente fixação dos grupos em determinados espaços, por meio da atividade agrícola e da criação de animais, combateriam o anticristianismo que os aldeados praticavam. Esse seria, no entendimento dos religiosos, o caminho “[...] para que houvesse uma transformação de costumes, a destribalização, o rompimento com as antigas tradições” (LEITE, 1940, p. 35), estabelecendo-se novos parâmetros de vida aos grupos indígenas.

Os aldeamentos possuíam uma infraestrutura em geral constituída de habitações, igreja, colégio, oficinas diversas e quase sempre áreas para a prática da agricultura e criação de animais. As atividades ali desenvolvidas resultavam, invariavelmente, numa economia lucrativa, o que na maioria das vezes ajudava a sustentar os rendimentos da Companhia de Jesus.

O botânico Saint-Hilaire, que visitou o Brasil em inícios do século XIX, dá-nos uma impressão da vida cotidiana nesses lugares. Nas missões, os jesuítas buscavam ensinar múltiplos afazeres aos índios: “[...] de três em três meses traziam do campo à aldeia quarenta famílias, para lhes ensinar a religião cristã, para dar aos homens algumas noções de diversos trabalhos e para que as mulheres aprendessem a fiar algodão e a fazer panos” (1954, p. 38).

As crianças também aprendiam diversos ofícios, inclusive o da música, transformando-se alguns deles em músicos hábeis. Sabe-se que os índios trabalhavam para os jesuítas, no entanto, como

relata o naturalista, eles podiam também ter sua própria lavoura. Mas quando chegava o momento da colheita da safra, todos acabavam trabalhando nas lavouras dos jesuítas.

É certo que o contato entre índios e portugueses variou de região para região, podendo ser amistoso ou bastante aguerrido. De modo geral, os primeiros colonizadores e o donatário da Capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, tiveram grandes embates com os habitantes originais na disputa pela terra. Prova disso é que, até o século XIX, o território do Espírito Santo sofrera os efeitos da colonização apenas na região litorânea, pois no interior os indígenas reinavam absolutos.

O trabalho dos religiosos, em especial dos jesuítas, provocava uma aproximação entre colonos e índios. Além de evangelizar os nativos, os jesuítas os levaram a se dedicar ao cultivo de alimentos para o consumo dos moradores das missões, à produção de açúcar, à criação de animais e à fabricação de móveis e instrumentos musicais. O cotidiano nas missões impunha nova ordem social aos indígenas, muito diferente daquela com que esses povos estavam acostumados. Para conseguir essa mudança na dinâmica da vida dos indígenas, os jesuítas acabaram alterando os costumes e valores desses povos.

Além da utilização do indígena como mão de obra e da imposição da cultura do colonizador, outros foram os prejuízos causados pelo contato com a cultura europeia. Assim, à medida que os nativos reagiam com violência para defender bravamente o território que ocupavam, passaram a ser vistos como selvagens bárbaros e incivilizados, como aponta Basílio Daemon (2008). Tais preconceitos foram se agravando ao longo do século XVI, pelo fato de resistirem também à rotina imposta pelo colonizador — tão estranha à organização do trabalho em sua cultura original. Assim, foram chamados ainda de indolentes e apáticos, como nas palavras do governador da Capitania do Espírito Santo, já em 1789: “Esta gente é inteiramente preguiçosa e de nada estimam os haveres, de sorte que, possuindo

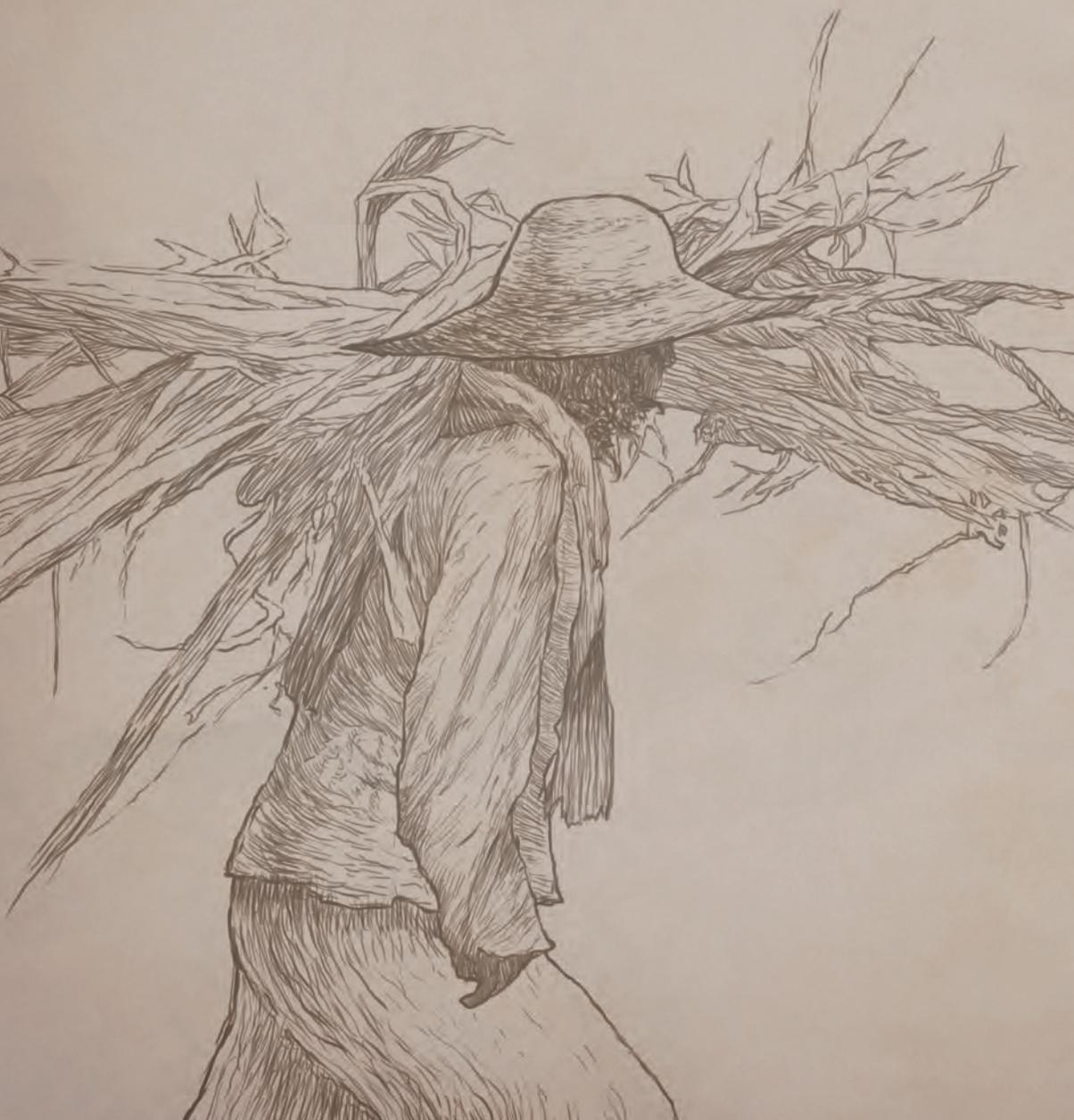
com que passem alguns dias, não cuidam no futuro, e só obrigados da necessidade ou temor, trabalham” (DAEMON, 2008, p. 23).

O trabalho desenvolvido pelos religiosos durante os séculos XVI, XVII e XVIII, que buscava demover a cultura autóctone, reafirmando os valores da Europa cristã como os corretos, gradativamente fez crescer e se solidificar a discriminação, definindo o modo como a população branca via esses grupos indígenas. De tal modo, é comum encontrar, nos relatos dos tempos coloniais, observações que definem o índio pela ótica distorcida da barbárie, como veremos nos exemplos a seguir.

Cronista português, Pero de Magalhães Gândavo, que esteve no Brasil provavelmente entre 1558 e 1572, descreve os habitantes do Brasil e seus costumes, apresentando uma visão etnocêntrica em relação ao índio brasileiro, ao dizer que estes viviam “[...] todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão de comer, beber e matar gente [...]” (GANDAVO, [s.d.], p. 75). Seguindo o mesmo raciocínio, o frade e cosmógrafo francês André Thévet (1953, p. 65), ao visitar o Brasil em meados do século XVI, relata que os índios não tinham “[...] fé, lei, religião, nem civilidade, vivendo como bestas irracionais da maneira que os fez a natureza”.

Anos mais tarde, Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858, p. 87), frade e escritor brasileiro que viveu no século XVIII, referindo-se aos índios, chama a atenção para a “[...] fereza do seu natural”. O mesmo cronista associa os nativos a seres nocivos, brutos ou irracionais, mencionando o costume de alguns grupos indígenas brasileiros de praticar a antropofagia ritual.

Relatos como esses estão na base de uma visão etnocêntrica do nativo, fruto do desconhecimento — ou, por outro lado, do desinteresse — em relação ao índio e à sua cultura. Este era visto como inferior, como parte de um povo sem Deus (o Deus do monoteísmo cristão ocidental) e, portanto, sem nada a contribuir com o colonizador. Era preciso, portanto, salvá-lo, na visão dos religiosos, ou escravizá-lo, de acordo com os objetivos dos novos *senhores das terras*.



Capítulo II



A economia colonial e a escravidão

Como o Brasil era uma colônia de Portugal, aqui, desde o início, foi implementada uma política econômica pautada na visão predominante da época, em que a economia não estava voltada para um mercado consumidor interno, mas, sim, para o abastecimento externo. Cabia às colônias abastecer a Metrópole em suas necessidades, pois a colônia era fornecedora de bens primários. No caso do Brasil, a opção feita foi pela monocultura, produzida em larga escala. Para tanto, havia necessidade de grandes extensões de terra que eram concedidas sob forma de sesmarias. Aliado a esses dois pilares da atividade agrícola que se implantou, foi adotada ainda a mão de obra escrava para o trabalho da produção. Paralelamente, com a plantação de cana-de-açúcar, veio a indústria açucareira.

Para Sérgio Buarque de Holanda (1975, p. 179–180),

Muito embora as vistas da administração portuguesa, desde os primeiros dias, estivessem voltadas para as possíveis riquezas minerais, o verdadeiro sucesso econômico do grande país tropical de colonização lusitana por muito tempo esteve ligado à utilização do solo. A vida agrária com base na economia de plantações tropicais e, subsidiariamente, completada pelo pastoreio extensivo [...] é que iria facilitar a penetração do povoamento e a conquista efetiva da terra.

O açúcar era um produto de grande valor comercial na Europa. Inicialmente, seu monopólio esteve nas mãos dos venezianos,

mas, no século XV, já havia sido superado pelos portugueses, graças à produção de suas ilhas na África. Têm-se notícias da produção de açúcar desde 1533, em São Vicente, embora se possa afirmar que, nos primeiros tempos coloniais, foi no Recôncavo Baiano e na Capitania de Pernambuco que a atividade açucareira mais se desenvolveu. Pode-se dizer que, nos primeiros tempos coloniais, o açúcar foi o carro-chefe da economia e o Nordeste foi a principal área geográfica onde essa atividade econômica se ampliou.

Como pontua Vera do Amaral Ferlini (2003, p. 136), ao afirmarmos que o açúcar era a principal atividade econômica dos primeiros tempos coloniais, não estamos negando a existência de outras atividades econômicas, como “[...] tabaco para o escambo de negros, pecuária para o provimento de tração e alimento, olarias produtoras de telhas, de fôrmas, lenha para as fornalhas e madeira para as construções”.

A atividade de plantação da cana, da indústria açucareira e da exportação do açúcar demandava significativos recursos econômicos, que foram viabilizados graças à ação de capitalistas, em especial os holandeses, que vão desempenhar papel significativo nos primeiros tempos da produção açucareira.

Conforme já pontuamos, a economia do Brasil Colônia não esteve restrita a um único produto. Muito menos esteve voltada somente para o *Exclusivismo Colonial*, em que a colônia exercia o papel único de prover a Metrópole de matéria-prima para beneficiamento. Paralelamente à produção de um produto que pudesse ser exportado em larga escala, de alto valor comercial, seguindo a lógica do pensamento econômico vigente entre os países colonialistas, no Brasil se desenvolveram, concomitantemente, outras atividades, como a produção de fumo. Também outros produtos, como o algodão, a mandioca e cereais, foram cultivados e utilizados no abastecimento da população. Tiveram significativa importância no desenvolvimento do comércio interno, impulsionando a economia local. Não podemos nos esquecer, ainda, do papel da pecuária e da extração de metais preciosos.

Essa produção para o consumo interno foi denominada por Guillermo Palácios de *agricultura camponesa*, que é por ele entendida como a

Praticada por homens e mulheres, que chamarei de cultivadores pobres livres, instalados fora dos perímetros das *plantations* açucareiras, com emprego de força de trabalho familiar, centrada na produção de subsistência, mas com entradas significativas nos circuitos mercantis internos e externos através do cultivo de gêneros coloniais. Nesta acepção, *agricultura camponesa* inclui dentro de si a ‘agricultura de subsistência’, mas não se restringe a ela. Por outro lado, a peculiaridade de estar situada fora do território formal dos engenhos e fazendas escravistas lhe permite ostentar, até o final do período, significativos traços de autonomia e independência (PALÁCIOS, 2002, p. 38).

Segundo Manuel Correia de Andrade, conforme depoimentos dos cronistas que estiveram no Brasil nos primeiros tempos coloniais, mesmo nas áreas onde predominou a produção açucareira, existiam terras cultivadas com produtos alimentícios, o que garantia a abundância de alimentos. Para o mesmo autor, “[...] a cana-de-açúcar só era cultivada nas terras baixas de massapê e nas encostas de ‘barro vermelho’, ao passo que os solos silicosos dos interflúvios eram utilizados para a plantação de tubérculos e de fruteiras” (2002, p. 105).

Não podemos ainda desconsiderar a importância do mercado interno como outra significativa fonte econômica do período colonial. É nesse sentido que tem apontado a nova historiografia, “[...] para a existência de um mercado interno relativamente autônomo quanto às vicissitudes do mercado internacional, e para a expansão da agroexportação, resultante não do capital metropolitano, mas da acumulação mercantil endógena, reinvestida na produção” (FRAGOSO, 1992, p. 64–65).

Nesse mesmo sentido, Cláudia Coimbra do Espírito Santo nos chama a atenção ao afirmar que, desde os anos 1980, a historiografia nacional vem revendo a ideia de que as práticas econômicas do Brasil colonial tenham sido meramente um complemento da economia metropolitana. Ela afirma que, no que concerne

[...] ao estudo da produção e abastecimento, comércio, formas de trabalho e participação das camadas populares, incluindo escravos e libertos, nas atividades produtivas geradoras de renda, [...] após a descoberta do ouro na Capitania das Minas, iniciou-se um grande fluxo migratório para a região, as atividades produtivas se intensificaram, gerando inclusive um grande surto de urbanização na região mineradora, dentre outros fatores em razão do consequente desenvolvimento do mercado interno e das trocas comerciais existentes entre as várias vilas da Capitania e mesmo de outras regiões da colônia (2006, p. 328).

Para Edna Maria Resende (2008), o fato do uso de escravos em atividades não exportadoras é um evidente sinal da importância e do dinamismo do mercado interno. Havia, segundo essa autora, uma diversificação das atividades produtivas no Brasil.

Portugal esperava encontrar, desde os primeiros tempos de ocupação do território descoberto, metais preciosos, como havia acontecido com a Espanha em relação às suas colônias na América. Expedições, principalmente constituídas a partir de São Paulo, penetraram o território brasileiro nessa busca. Os primeiros depósitos auríferos foram encontrados na região das Gerais, em fins do século XVII, e na Bahia, Mato Grosso e Goiás, na primeira metade do século XVIII.

De acordo com Caio Prado Júnior (1959, p. 65–66), a descoberta de ouro nas Gerais afetou a vida na colônia:

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes

localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia [...] transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro [...].

Conforme Celso Furtado (1970), foi a penúria em que se encontravam Portugal e a sua colônia (Brasil) que propiciou que a economia do ouro tivesse se desenvolvido tão rapidamente a partir das primeiras décadas do século XVIII.

Os relatos de missionários e de autoridades que viveram ou estiveram de passagem pela Capitania do Espírito Santo não apresentam um diagnóstico único sobre sua situação econômica. Se, para alguns missionários, como o padre José de Anchieta, em 1560, essa capitania era a melhor do Brasil depois da do Rio de Janeiro (FREIRE, 2006), para Mem de Sá, ela vivia em estado de penúria, situação que o governador imputava às dificuldades que o donatário havia encontrado para tocar a empreitada.

Desde os primeiros tempos coloniais, o açúcar passou a ser a principal atividade econômica da capitania, o que não impedia o desenvolvimento de uma economia incipiente de subsistência. Segundo Serafim Soares Leite (1938), na Capitania do Espírito Santo, em 1560, já se produzia mandioca, arroz e algodão, juntamente com o açúcar. Outra atividade econômica era a exploração da madeira, feita no interior do sertão, que contava com a mão de obra indígena. Os nativos levavam os toros para locais onde pudessem ser embarcados. Não podemos esquecer que a importação de escravos via Atlântico e o uso do servilismo nativo eram outras lucrativas atividades econômicas desenvolvidas na capitania.

Logo seria possível visualizar certo desenvolvimento econômico da Capitania do Espírito Santo. A presença, já em 1550, de comércio direto entre o Espírito Santo, Portugal e Angola e a constituição da Alfândega são evidências claras de que capitania prosperava. De acordo como Enaile Flauzina Carvalho (2010, p. 28), já nessa época existia no Espírito Santo “uma produção bem

diversificada, dando destaque para o algodão, o tabaco e a incipiente criação de gado bovino”.

Para a mesma autora, em 1603, o Espírito Santo arrecadava 353\$120 (trezentos e cinquenta e três mil, cento e vinte réis), referentes a tributos pagos pela exportação de produtos. Mesmo que tal importância não fosse muito grande, ultrapassava a de outras capitanias, como Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro.

Os progressos econômicos se consolidavam no século XVI:

Ambrósio de Meira, encarregado da arrecadação dos impostos reais, afirma que o dízimo do açúcar, até janeiro de 1546, atingiria 300 arrobas, e o imposto sobre a terra foi arrendado por 43.500 réis pelo prazo de um ano (junho de 1545 a junho de 1546). Esses números colocaram o Espírito Santo numa situação de quase privilégio em comparação a praticamente todas as capitanias brasileiras. Ainda no ano de 1546, a produção açucareira da dita província chegou a 1000 arrobas, sendo que o primeiro carregamento de açúcar partiu para a metrópole no barco de Brás Teles, rico comerciante e produtor de açúcar no Espírito Santo. Quatro anos depois, a capitania teve outro sucesso comercial. Estabeleceu-se o comércio direto entre Portugal, Vitória e Angola, sendo que nesse mesmo ano foi criada a alfândega da capitania. Entretanto, esse relativo progresso não continuou por muito tempo. Em meados do XVI, o Espírito Santo sofreu a intensificação dos ataques indígenas, já presentes no início do século. Somavam-se a isso as discórdias entre os colonos e a irregularidade do governo. Diante disso, o comércio da capitania paralisou-se. Apesar dessas adversidades, percebe-se que, até meados do XVI, o Espírito Santo obteve um relativo sucesso, que destoava com a situação do resto da colônia, imersa em profundas dificuldades, a maioria delas além das capacidades da iniciativa privada (CARVALHO, 2010, p. 25–26).

Tendo, em 1620, Francisco de Aguiar Coutinho assumido o controle da capitania por herança, ele conseguiu atrair investidores

e capitais que possibilitaram o impulsionamento da economia local. Novos engenhos foram construídos, instalaram-se fazendas, a pecuária e o comércio adquiriu maior vulto. Os dízimos locais, auferidos a partir do desenvolvimento econômico, passaram a ser maiores que 3.850 cruzados por ano (SALVADOR, 1994).

O desenvolvimento econômico advindo da produção açucareira fez com que a capitania se tornasse alvo de piratas estrangeiros que passaram a saquear e invadir a capitania, como fizeram ingleses, franceses e holandeses.

A partir de 1630, quando passou a pertencer à Coroa, após a sua venda pelos herdeiros de Vasco Fernandes Coutinho, a situação econômica começa a se inverter. Os capitães-mores designados para governá-la — situação que perdurou até 1674 — não conseguiram empreender ações que possibilitassem dinamizar a economia. Tal quadro só tenderá a ser revertido quando Francisco Gil de Araújo compra, da Coroa, a capitania e consegue soerguê-la economicamente por meio do incentivo à agricultura e da vinda de novos colonos. Entretanto, após a morte de Araújo, a capitania entra novamente numa fase de empobrecimento e abandono.

A presença de ricos comerciantes e industriais de açúcar evidencia o desenvolvimento da atividade econômica localmente, segundo José Gonçalves Salvador (1994). Como os metais preciosos não foram encontrados inicialmente na capitania, a Coroa oferecia terras para a produção de açúcar, o que fez com que comesçassem a ser construídos engenhos pelos colonos. Os primeiros surgiram por iniciativa de Vasco Fernandes, que teria quatro deles em funcionamento, e de Duarte Lemos. Como a instalação de engenhos de açúcar, era muito dispendiosa, às vezes “[...] os interessados [na instalação] optavam por se organizarem formando uma sociedade, como fizeram os cristãos-novos Manoel de Medeiros, Henrique Roiz Barcelos e Diego Fernandes de México” (SALVADOR, 1994, p. 68), cujo engenho já estava em funcionamento em 1577.

Paralelamente ao desenvolvimento do açúcar, atividade principal da economia da capitania, outras fontes de riqueza podem ser elencadas: o comércio de aprisionamento de índios, num primeiro momento; o de escravos negros, a partir da década de 1630; além da venda de madeira. Na vila de Vitória, comercializavam-se açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz, algodão, cal, colchas, redes, em pequenas embarcações para o Rio de Janeiro e Bahia. Importavam-se farinha de trigo, carne-seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas, escravos. O gado era empregado no transporte de mercadorias, no trabalho dos engenhos e na comercialização dentro da própria capitania, enquanto os outros animais serviam apenas para sanar o consumo local, como nos aponta Carvalho (2010).

Nos primeiros anos do século XIX, a economia da capitania prosperava. Prova cabal dessa situação foi o aumento da arrecadação dos dízimos entre 1797 e 1806.

A escravidão

O sistema de escravidão foi usado na capitania desde os primeiros tempos de sua ocupação pelos portugueses. Assim como ocorreu em outras regiões do Brasil, a escravidão indígena foi utilizada em larga escala. No entanto, logo foi substituída pela escravidão negra. Segundo Cléber Maciel (1993), já em 1550 se tem a presença de escravos negros na capitania, trazidos de Portugal, tendo ocorrido a importação da primeira leva em 1561.

Não existem dados que possam quantificar o número total de escravos vindos da África para o Espírito Santo, nem tampouco podemos precisar de qual região africana teria vindo o maior número deles.

Sobre a proveniência dos escravos que chegaram ao Brasil, Ida Lewkowicz (2008, p. 21) diz que:

Nos séculos XVI e XVII, a maior parte dos escravos era oriunda da chamada Costa da Mina, havendo nos séculos XVIII e XIX, um deslocamento gradual das zonas de fornecimento para o Sul, com destaque pra Angola. Os negros do noroeste africano eram conhecidos por nomes como minas, nagôs, jejes ou haussás, estes de origem muçulmana, e era bastante comum encontrá-los em portos da Bahia, de Pernambuco [...]. Em contrapartida, os negros chamados congos, angolans, benguelas ou moçambiques, originários da região central, foram enviados com mais freqüência ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a regiões sulinas [...].

A existência de mercadores de escravos na capitania nos dá bem a ideia de que o tráfico era uma atividade econômica importante e permitia que comerciantes auferissem grandes lucros com esse comércio. Muitos escravos também chegavam ao Espírito Santo trazidos de outras capitanias nos tempos coloniais e de outras províncias no período do Império.

Três foram as maiores áreas de concentração de escravos no Espírito Santo: a região central, onde se situa a cidade de Vitória; São Mateus, ao norte do estado; Cachoeiro de Itapemirim, na região sul. Segundo Nara Saleto (1985), nos tempos coloniais, em São Mateus, concentrava-se o maior número de escravos. No século XIX, a região sul da província passou a contar com maior número de escravos em razão do crescimento da lavoura cafeeira e pela vinda de fazendeiros de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que adquirem terras nessa região. Essas terras eram vendidas por preços mais baixos. Os fazendeiros traziam consigo sua família e escravaria.

Chegando ao Brasil, após o desembarque, os escravos eram colocados à venda nos mercados onde eram arrematados. Podemos dizer que eles foram utilizados em todas as atividades econômicas desenvolvidas no país. Na produção de açúcar, nas minas, extraíndo ouro e diamantes, na pecuária, na cultura de café, eles foram a mão de obra. Nas cidades tiveram também fundamental

importância na dinâmica do funcionamento das casas, bem como exercendo atividades de ganho, desempenhando inúmeras funções, garantindo, na maioria das vezes, o sustento de seus senhores com o fruto de seu trabalho.

Desde os primeiros tempos coloniais, no Nordeste, os escravos, em sua grande maioria, foram comprados para sua inserção na atividade da produção açucareira. Nas grandes propriedades de produção de cana-de-açúcar, eles davam conta da plantação e colheita desse produto, assim como eram utilizados em larga escala no processamento da cana e sua transformação em açúcar a partir dos engenhos. Vera do Amaral Ferlini (1984) nos fala que os engenhos de açúcar tinham uma organização e divisão de trabalho em que se seguia um rígido ordenamento. Embora fossem utilizados também profissionais livres nas etapas do processamento da cana-de-açúcar, os escravos eram a maioria da mão de obra no trabalho nas moendas, no cozimento, na etapa de purgar, na secagem, na pesagem, no encaixotamento e, finalizando, no transporte do produto. Apesar de a maior parte dos escravos serem do sexo masculino, mulheres também foram utilizadas como mão de obra nos engenhos, por exemplo, na atividade da moenda.

Os escravos rurais sempre foram a maioria dos cativos existentes no Brasil desde o período colonial. Sua jornada de trabalho era mais intensa e estafante, iniciada antes de o Sol nascer e concluída ao anoitecer. Em época de colheita, havia uma tendência de a jornada de trabalho ser estendida. Estavam subordinados a uma autoridade do senhor mais rígida, diferentemente do que ocorria com os escravos urbanos, que exerciam uma mobilidade maior. Suas chances de conquistar a liberdade eram bem inferiores às dos escravos do mundo urbano. Não obstante as oportunidades de conseguir a alforria fossem menores, sabemos da existência de senhores rurais que acabavam concedendo a seus escravos um pedaço de terra para que pudessem plantar, o que lhes possibilitava garantir, por si próprios, o seu sustento, além, é

claro, de amearhar algum pecúlio financeiro obtido com a comercialização do excedente produzido.

A partir do século XIX, com a mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil, os escravos passaram a ser utilizados numa nova atividade agrícola, que foi o café. Em relação à produção do café, também os homens eram maioria, cabendo às mulheres o desempenho de atividades periféricas. O trabalho desenvolvido pelos escravos nas fazendas, além da colheita e beneficiamento, “[...] estendia-se à preparação de alimentos, construção de casas, olaria, corte de madeira, canalização de água, criação de gado, transporte do café” (LEWKOWICZ, 2008, p. 27–28).

A forma como se constituiu a escravidão no Brasil, que estipulava a propriedade de um homem sobre outro, gerava a violência. Para que ela pudesse ter se consolidado, certamente o uso da força e a disseminação do medo eram instrumentais importantes. Os castigos, nesse sentido, foram utilizados em larga escala, variando em proporção, dos mais cruéis, efetivados pela força, aos de menor intensidade, mas nem por isso menos intimidativos. A violência poderia não ser física, mas sim simbólica. Marcar, torturar, humilhar fazia parte do cenário de vida dos escravos. A opressão marcava a vida cotidiana dos cativos, quer fosse em casa de seu senhor, quer fosse nas suas unidades de trabalho, o que levou Carlos Moreira Araújo a dizer que a perversidade e a truculência eram realidades bem conhecidas (2006). Os castigos eram constantes e legitimados social e juridicamente.

Para Silvia Hunold Lara (1988), os castigos e as sevícias eram uma realidade. Executados como forma pedagógica, os castigos eram vistos como corretivo e tinham por propósito também intimidar. Os escravos, apesar de atemorizados pela força coercitiva, não se curvavam frente ao poder dos seus senhores e buscavam formas de reagir à sua cruel condição. As fugas, individuais e coletivas, o suicídio, o assassinato de seus senhores são exemplos típicos de que os cativos não assumiram uma posição única de submissão.

Para Flávio dos Santos Gomes, os escravos no Brasil empreenderam diferentes possibilidades de resistência. Fugiam, formavam quilombos, realizavam insurreições e revoltas, buscando “[...] reorganizar e transformar sempre que possível o mundo em que viviam” (GOMES, 1995, p. 323), no intuito de criar diferentes mecanismos com o propósito de alcançar a liberdade.

No Espírito Santo, espalhados de norte a sul, foram se constituindo inúmeros quilombos. A constituição dos ajuntamentos de escravos causou sempre preocupação aos governantes, temerosos de que surgissem rebeliões de maiores proporções.

Das diferentes possibilidades de resistência empreendidas pelos cativos, a fuga, para Stuart Schwartz (2001), foi a forma mais comum no Brasil. O poder instituído e a população brasileira sempre temeram os levantes e as fugas dos escravos. Carlos Magno Guimarães (2000) diz que, de norte a sul do Brasil, onde o sistema escravista se fez presente, as fugas e a constituição de ajuntamentos de negros fugidos sempre causaram inquietação e medo ao Estado e à população.

Das rebeliões promovidas pelos escravos, a mais célebre foi a Insurreição de Queimado ocorrida em 1848. A motivação para a rebelião seria o não cumprimento, por parte do frei Gregório Bene, da libertação dos escravos que trabalharam na construção da igreja de Queimado. Um dos líderes dessa insurreição foi o escravo Elisário, juntamente com outros escravos, como Chico Prego, João Pequeno, João da Viúva e Corcunda. Segundo depoimentos da época, o total de escravos envolvidos no evento passou de duzentos e teria sido maior se os escravos de São Mateus, Viana e outras localidades tivessem chegado antes da eclosão da revolta.

A rebelião foi logo sufocada. Não chegou a durar dois dias, tendo sido rapidamente contida. Dos líderes presos, muitos condenados à força. Alguns conseguiram fugir, como foi o caso de Elisário.

Essa insurreição causou alvoroço na Capital da província e em sua vizinhança. O presidente provincial, Antonio Joaquim de

Siqueira, chegou mesmo a pedir socorro ao Governo Imperial, que enviou armas, munições e 31 soldados com o objetivo de dar segurança à população.

Uma vez que a atividade econômica principal da capitania, nos tempos coloniais e da província na época imperial, tivesse sido a agricultura, primeiramente o açúcar e depois o café, a mão de obra masculina foi preponderante. No entanto, a historiografia capixaba mais recente tem apontado que havia um equilíbrio no quantitativo entre os sexos. A explicação, segundo Geisa Lourenço Ribeiro (2012) e Patrícia Maria da Silva Merlo (2008), é que o crescimento da população escrava no Espírito Santo se deu preferencialmente por razões endógenas, ou seja, pela reprodução natural nas famílias.



Capítulo III



O Espírito Santo no século XIX: da independência à proclamação da República

No decorrer do século XIX, especialmente nas primeiras décadas, a Capitania e depois a Província do Espírito Santo viveram momentos de grande ebulição. É possível até mesmo dizer que esse desconforto e crise já teriam se instalado desde o século XVIII, precisamente em 1718, quando a capitania foi adjudicada por sentença da Relação da Bahia a Cosme Rolim de Moura, de quem comprou o Rei Dom João V, passando, a partir de então, a capitania real. Nessa condição, a capitania foi governada por capitães-mores.

Segundo Rodrigo da Silva Goularte (2008), haverá uma ampliação dessa falta de autonomia quando, por provisão do Conselho Ultramarino, de 6 de abril de 1722, o Espírito Santo se sujeita à jurisdição do Ouvidor do Rio de Janeiro, no foro judicial. Essa autonomia só começa a ser resgatada em maio de 1809, quando foi criada a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, abolindo-se a provedoria, ficando a fazenda do Espírito independente da Bahia no ano de 1817. A subordinação a que esteve submetida a Capitania do Espírito Santo à jurisdição da Bahia causava internamente um desconforto e lentamente ia se constituindo uma rivalidade contra Portugal e o privilégio dos cidadãos portugueses que aqui estavam estabelecidos.

Recorremos mais uma vez a Goularte (2008, p. 32) para afirmar que

as peculiaridades locais destacavam-se desde a colônia e, de certo modo, no início do XIX, um clima político favorável à emancipação

em relação a Portugal já se forjava na capitania. Esse clima político foi bem expresso por meio de turbulências que aqui se fizeram presentes. Revoltas e levantes sacudiram esse momento de transição política.

A contenda estabelecida da população local com Silva Pontes, que governou a capitania de 1800 a 1804, é sintomática do descontentamento que existia na capitania em relação à dominação portuguesa e, conseqüentemente, aos representantes da Coroa que para cá vinham governar. Tal situação esclarece-nos que localmente não se aceitavam desmandos dos governantes e que suas ações eram avaliadas. No caso de Silva Pontes, medidas tomadas com caráter autoritário foram veementemente repelidas pela população local, chegando-se às vias de fato com uma representação contra esse governante.

O conflito de autoridades locais com o governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, que governou a capitania entre 1804 e 1812, é outro momento que evidencia a conturbação que aqui se vivia. Segundo Misael Pena (1878), o governo metropolitano ordenou o ataque contra os indígenas, o que levou a uma militarização da capitania. Entretanto, o governador se excedeu no cumprimento dessa ordenança, e isso resultou em conflitos com autoridades locais, respondendo o governador com rigor contra os que censuravam suas atitudes. Ao tomar medidas drásticas contra os que se contrapuseram às suas ordenações, Tovar incentivou um grupo político autócotone que aqui se organizava e que já buscava resistir a essas ordens.

Misael Pena afirma que, entre março e abril de 1820, uma nova situação de revolta é vivida na capitania. Agora a contenda era contra o governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos em virtude da rigidez da administração dessa autoridade. Segundo Goularte (2008, p. 33):

Os habitantes de Vitória se manifestaram por meio de protestos, desobedecendo à ordem de fechar as portas no momento do

toque de recolher, e pela publicação de pasquins contra o governador. Mais uma vez a população local expressava seu descontentamento diante de um poder central que nesse momento não contemplava as peculiaridades da realidade regional.

Como já vimos, desde o período colonial, no Espírito Santo, a população, especialmente a da capital, Vitória, já demonstrava grande insatisfação com os atos dos governantes que eram nomeados para cá. Representações se efetivaram contra essas autoridades demonstrando algum poder de articulação local frente às decisões da Corte Portuguesa.

A Revolução Constitucionalista do Porto, que obrigou a família real portuguesa a retornar a Portugal, tomou uma série de medidas na tentativa de fazer o Brasil voltar à sua condição de colônia. Em 1821, uma lei das Cortes de Lisboa determina a constituição de uma Junta de Governo Provisório, incumbida da administração política e civil, provocando localmente uma forte reação a essa decisão. No Rio de Janeiro, motivado pela pressão portuguesa para fazer o Brasil votar à condição de colônia, D. Pedro, que havia ficado no Brasil quando seu pai, D. João, retornou a Portugal, toma a medida de concretizar a independência, separando-se dos laços com Portugal.

Segundo Oliveira (2008, p. 300–301):

Novas agitações, oriundas de desinteligências entre o comandante das armas [Julião Fernandes Leão] e o ouvidor interino da comarca [José Libânio de Souza], trouxeram à rua os soldados da guarnição, que, inspirados pelo primeiro, dirigiram-se para o Palácio do Governo aos gritos de “Abaixo a Junta! Morra a Junta!”.

Ao final, os revoltosos foram rechaçados pela autoridade governamental a partir do momento em que a população se colocou contrária aos revoltosos. A Junta, fiel à Independência, envidou

esforços no sentido de garantir apoio a D. Pedro I. Para Rodrigo da Silva Goularte (2008, p. 38),

[...] a independência não transcorreu de maneira totalmente pacífica. Apesar da existência de um grupo político forte que já coadunava com a ruptura em relação ao governo central de Lisboa, alguns outros grupos se solidarizavam com a manutenção do estatuto colonial. Para tanto, o grupo político que se formava enquanto elite política do Espírito Santo hegemonizou seu projeto político ligado à causa nacional do Brasil, sufocando os grupos pró-lusitanos. Um processo que deixou isso claro foi a revolta da Julianada. Com a criação das Juntas de Governo Provisório, em 1821, pelo governo das cortes de Lisboa, o governo militar foi separado do civil e entregue a um Comandante das Armas, sendo o primeiro nomeado para esse cargo no Espírito Santo Inácio Pereira Duarte Carneiro, futuro deputado da primeira legislatura da Assembléia do Espírito Santo. Duarte Carneiro conseguiu, no Rio de Janeiro, promover o então Inspetor do Corpo de Pedestres, Julião Fernandes Leão, ao posto de Coronel. Tão logo assumiu o cargo, Julião Leão começou a exigir da Junta de governo provisório recém-instalada promoções para os seus comandados. Entretanto, Julião foi mais longe, propondo uma aliança a Duarte Carneiro para a deposição da Junta. Diante da negativa de Duarte Carneiro, Julião foi para o Rio de Janeiro e, com o Secretário da Guerra, conseguiu ser nomeado o novo Comandante das Armas, ficando Duarte Carneiro apenas na Comissão de Estradas. Na verdade, parece que Julião aproximara-se do Brigadeiro Madeira, na Bahia, opositor do processo de separação entre Brasil e Portugal, desempenhando no Espírito Santo o papel de resistência à Independência. Julião investiu na hostilização da Junta, conseguindo a prisão de Duarte Carneiro e o desligamento do serviço da estrada do Capitão Luís Bartolomeu da Silva e Oliveira. De acordo com Maria Stella de Novais, a motivação política de Julião na prisão de Duarte

Carneiro era conseguir a direção da estrada de Rubim e infiltrar gente de sua confiança em todo território da província, para reforço da causa portuguesa. A iniciativa pró-Portugal de Julião ficou bem clara quando, em 13 de maio de 1822, determinou uma parada em homenagem a Dom João VI, em virtude do aniversário desse monarca. A resistência a Julião, entretanto, não tardou na província. De início, foi distribuído na vila de Vitória um impresso contra ele. Em virtude das ofensas, Julião mandou prender todos os portadores do escrito. A reação institucional também não tardou. O escrivão da Junta, José da Silva Vieira Rios, junto com Azambuja Suzano e outros, começou a desatender as ordens de pagamento assinadas por Julião Leão, quando não fossem devidamente autorizadas e fiscalizadas. Este, em resposta, prendeu o escrivão para obrigá-lo a entregar as chaves do cofre. Nessa conturbação, chegou a Vitória o Juiz de Fora José Libâneo de Sousa para pacificar a Província, acatando as acusações do governo. Julião Leão, entretanto, mandou cercar a residência do Juiz e ordenou que abandonasse a Vila de Vitória. Simultaneamente, Luís Bartholomeu recebeu ordem para embarcar para o Rio de Janeiro a fim de se submeter ao Conselho de Guerra. Entretanto, Duarte Carneiro, já em liberdade, junto de outros pedestres, desviou a escuna Leopard, na qual Bartholomeu embarcaria, para a ilha do Príncipe. Além disso, Duarte Carneiro mandou para a Casa do Governo grande número de homens armados. A Junta, por sua vez, pediu explicação a Julião Leão da prisão do Juiz de Fora, ofensa contra a autoridade do Príncipe Regente. Julião, pressionado, ameaçou também o enviado do pedido de explicação. Diante disso, os membros do governo dirigiram-se à residência do Juiz de Fora, onde receberam adesão da maioria da tropa que guardava a residência, permitindo a liberdade do Juiz, que foi conduzido ao palácio do governo. Julião Leão, entretanto, não deixou por menos. Organizou um pequeno exército e atacou a Junta à bala. Todavia, Duarte Carneiro, com numerosos soldados da Força de Linha, conseguiu

proteger a Casa do governo com o apoio da Fuzilaria de Luís Bartholomeu, 'Dando Vivas à Santa Causa do Brasil'. Diante disso, Julião Leão quebrou a própria espada, rendeu-se e fugiu para a chácara de sua propriedade. Entretanto, no dia seguinte, foi preso, sendo mandado para a corte, terminando assim o movimento conhecido como Julianada.

Proclamada a Independência do Brasil em 1822, ocorreram, em algumas províncias brasileiras, fortes reações das tropas fiéis ao propósito das Cortes portuguesas, que não desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia. Essas tropas se sublevaram, provocando fortes embates que ficaram conhecidos como Guerra da Independência. No Espírito Santo, todas as localidades aderiram à Independência, exceto São Mateus. Para essa cidade, foi enviada uma expedição com armas, munição, soldados para combater o grupo contrário. Em verdade, não chegou a haver combate, e a cidade de São Mateus acabou aderindo à Independência em 22 de janeiro de 1823.

O cenário econômico e político da província no século XIX

Para Karulliny Silverol Siqueira (2011, p. 35), o surgimento das Assembleias Provinciais, a partir de 1830, resultou em que as elites regionais fossem capazes “[...] de levar em frente uma organização político-institucional democrática segundo os parâmetros da época”. O caso do Espírito Santo revela a construção regional de uma elite que assumirá postos de mando na década de 1830, num contexto de fortalecimento da política regional.

Embora os governantes escolhidos para administrar as províncias no Brasil fossem sempre indicados pelo Poder Central, isso não significa que eles fossem senhores absolutos de poder e que não encontrassem resistência por parte dos políticos locais. As

Assembleias, de forma geral, eram constituídas por homens da terra de longa experiência e capacidade administrativa, que tinham cabedal para se contrapor a efêmeros presidentes de província.

Com raras exceções, o que se viu no Espírito Santo foi uma acomodação dos presidentes de província com as elites locais, o que dificultou maiores dissidências. Uma explicação para tal fenômeno é dada por Siqueira (2011): a inexistência de partidos políticos até a década de 1860.

Embora a historiografia mais tradicional tenda a apontar a existência de partidos políticos na província antes dessa data, quando faz referência à disputa entre grupos religiosos locais, os caramurus e peroás, associados, respectivamente, aos partidos políticos Liberal e Conservador existentes na Corte, a autora citada diz textualmente: “Não vislumbramos, portanto, Peroás e Caramurus como dois grupos políticos locais, e tampouco atrelados às discussões ocorridas na Corte, corroborando as mesmas divisões políticas de moderados, exaltados e caramurus” (SIQUEIRA, 2011, p. 47).

Ainda seguindo o mesmo raciocínio da autora, somente com o aparecimento da imprensa é possível observar identidades políticas no Espírito Santo. Para Siqueira:

A partir de 1861, já se torna possível vislumbrar nos mesmos relatórios a presença tímida do termo ‘partido’, evidenciando um início de disputas políticas, sobretudo em período de eleições, momentos de grande agitação e por vezes também violento. Juntamente com a formação dos partidos políticos, demonstraremos ainda o surgimento de uma imprensa política muito mais intensa do que a que surge no final da primeira metade do século, sendo esta a chave para o levantamento das identidades partidárias da província. Neste sentido, apresentamos a justificativa para a concentração do referido estudo na década de 1860, propondo tal período como um tempo de formação de novos grupos políticos e cisões em meio a tantas dissidências partidárias (SIQUEIRA, 2011, p. 63).

A partir da década de 1880, uma nova dinâmica se operacionaliza, agora com a presença cada vez mais marcante de um novo partido político, cuja tônica é expor as mazelas da Monarquia e propor uma nova ordem para o país, que era a República.

Ao iniciar o século XIX, o que caracterizava a província do Espírito Santo eram os vazios demográficos e a baixa densidade populacional. Suas terras, em sua maioria, eram dominadas pelos índios. A colonização portuguesa não adentrou para mais que uma faixa de quatro léguas, ao longo do litoral, onde o relevo plano era propício às culturas algodoeira e açucareira, com amplas possibilidades de desenvolver a exploração agrícola baseada na mão de obra escrava ao sul do rio Doce (WAGEMANN, 1949). Segundo Saint-Hilaire (1974), na faixa litorânea, por volta de 1818, havia somente meia dúzia de vilas e outras povoações, algumas formadas por índios pescadores. Para Castro (2005), o transporte na província era feito em pequenas canoas. A dificuldade do povoamento da região se deu devido à grande quantidade de doenças e à presença dos índios botocudos. Para Saleto (1996, p. 54), a província contava com poucas vilas: “Além da Vila de Vitória, a Capital, outras seis compunham o Espírito Santo: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida. A Justiça, exercida pelo Ouvidor de Vitória, estendia sua jurisdição até Campos de Goitacazes, no atual Estado do Rio de Janeiro”.

As condições precárias ou mesmo a inexistência de um sistema de transporte eram responsáveis pela baixíssima densidade populacional capixaba. A descoberta do ouro em Minas Gerais e a profunda apreensão do governo português, temendo o contrabando dessa riqueza ou mesmo a invasão da região por nações estrangeiras, desencadearam uma série de proibições que, efetivamente, contribuíram ainda mais para certo isolamento da capitania. O medo do contrabando do ouro das Gerais fez com que, em 1702, o Governo Geral proibisse a abertura de estradas entre os territórios capixaba e mineiro, proibição essa renovada inúmeras

vezes (MERGÁR, 2006). A postura radical de evitar a todo o custo o descaminho levou até mesmo a impedir a procura ou exploração de ouro em terras capixabas, sob a alegação de que a capitania ainda não estava devidamente fortificada. Mas, apesar dessas iniciativas, Castro (2000) diz que há registros de uma ocupação inicial. Tal situação na verdade dificultou, mas não impediu o estabelecimento pequenas povoações na foz e interior do rio Doce, a partir da construção de fortins e do aldeamento de grupos indígenas. Essas proibições foram revogadas por Silva Pontes.

A proibição de contato com Minas Gerais não significou, no entanto, que, mesmo no período colonial ou início do século XIX, o Espírito Santo não tivesse desenvolvido nenhuma atividade econômica. Enaile Flauzina Carvalho (2010) aponta a presença de ricos comerciantes localmente, alguns radicados no Rio de Janeiro, mas com filial no Espírito Santo, como demonstração de uma economia em desenvolvimento.

Diferentemente do que a historiografia tradicional apontava, que a Província do Espírito Santo vivia nos tempos coloniais e mesmo durante toda a fase imperial em situação econômica muito desfavorável, classificando a província como uma das mais miseráveis, estudos mais recentes, como os de Carvalho (2010) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (2011), apontam um cenário diferente. Mergár (2011) afirma que a arrecadação feita pelos cofres provinciais, no decorrer do século XIX, tendeu sempre a aumentar e chega mesmo a dizer que, na maioria dos anos desse século, a arrecadação superava as despesas, embora, segundo Mergár, esse *superavit* não fosse suficiente para grandes investimentos. Tal crescimento, de acordo com a mesma autora, seria em função da produção de café.

Inicialmente a produção de café se deu na região do rio Doce, mas foi na região sul, no Vale do Itapemirim, conforme Gabriel Bittencourt (2007) afirma, que, já em 1813, se tem notícias de produção e exportação cafeeira na região do rio Doce. Posteriormente, essa produção se deslocou para o vale do Itapemirim, na região sul da província.

A partir da produção do café, extensas matas tiveram que ser derrubadas. Para Regina Rodrigues Hees e Sebastião Pimentel Franco (2012), até a metade do século XIX os escravos africanos foram os responsáveis pela mão de obra usada nas fazendas de café. A partir de então, eles foram gradualmente substituídos pela entrada de imigrantes europeus que vinham trabalhar nessas fazendas por contrato ou produziam em seus pequenos lotes de terras adquiridos graças a uma política imigracionista de assentamento realizada pelo Governo Imperial.

A alta dos preços que o café vinha conquistando no exterior, no decorrer do século XIX, fez com que gradativamente o cultivo da cana-de-açúcar e de cereais fosse substituído pelo de café, que se torna, no decorrer do século XIX, praticamente, a monocultura

agrícola predominante na região. Assim foram criadas as condições propícias para, na segunda metade do século XIX, promover a expansão da cultura do café pelas terras virgens e desabitadas da província.

À medida que foi se ampliando a fronteira agrícola no Rio de Janeiro em direção ao norte,

foi-se alcançando e ocupando as terras virgens da região sul e do centro da Província do Espírito Santo.

Segundo Arion Mergár (2006, p. 38),

[...] o cultivo do café capixaba se iniciou na zona de ocupação antiga, no entorno da Vila de Vitória, e a expansão se baseou no deslocamento de capitais até então reunidos na cultura açucareira, no algodão e em culturas de subsistência, não sendo essa uma região pioneira de desbravamento e imigração, ao contrário do que seria a região serrana.

Grandes ou pequenos agricultores foram, conforme Saletto (1996), substituindo suas antigas produções pelo café em razão de



Figura 1
Fazenda Primavera, produtora de café no Sul do Estado (1908)

que essa atividade econômica exigia menores investimentos que a antiga cultura do açúcar. Investindo apenas no trabalho, utilizando o próprio esforço ou a mão de obra de alguns escravos, o pequeno proprietário conseguiu se vincular ao mercado mundial, às custas da inferior qualidade do produto, devido às deficiências das técnicas disponíveis na época.

Vilma Paraíso Almada (1993, p. 51) afirma que:

De insignificante cifra registrada na pauta de exportação de 1826 (150 arrobas), o café passou a ocupar, a partir de 1850, o primeiro lugar na economia do Espírito Santo. Embora jamais tenha atingido, até o fim do período escravista, cifras de produção registradas pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a cultura cafeeira atuará como elemento vivificador da economia e da sociedade capixaba. Na década de 1820, iniciou-se, efetivamente, o cultivo do café capixaba, possibilitando a efetiva colonização da Província, surgindo, nos relatórios de exportação, por volta de 1826 e 1827, com insignificantes quantidades, em torno de 150 arrobas, sendo plantado em sítios de Vitória. Na década de 1840, sua cultura alcançou dimensões comerciais no entorno da Capital capixaba e se expandiu pelo litoral, procurando morros, típicos da região serrana.

Embora o café fosse o carro-chefe da economia da província, outras atividades econômicas eram desenvolvidas. Maria da Penha Smarzarzo Siqueira (1995) diz que outros produtos agrícolas, como milho, mandioca, arroz, açúcar, feijão, algodão e até mesmo o cacau, eram produzidos pelos pequenos lavradores. Esclarece ainda que, além desses produtos, não se pode esquecer da exploração madeireira que, ao ser exportada, rendia importante lucro para a província. Paralelamente, tinha-se também a criação de animais, como gado bovino, suínos, caprinos e aves. Os lucros obtidos com a produção e exportação do café impulsionaram a necessidade de

criação de ferrovias e de melhoria nos portos locais, o que permitirá um crescimento do volume de importação e, sobretudo, de exportação, dinamizando lentamente a economia local.

As correntes imigratórias

Os grandes vazios demográficos, a necessidade de ampliar e diversificar a produção agrícola da Província do Espírito Santo, o desejo de embranquecer a população e a pressão da Inglaterra que culminou com o fim do tráfico de escravos em 1850, elevando substancialmente o preço do escravo, foram fatores que contribuíram para que, a partir do século XIX, aqui chegassem os imigrantes europeus. Essa imigração se prolonga no decorrer desse século, atingindo ainda as primeiras décadas do XX. Diferentes imigrantes se dirigiram para o Espírito Santo. Entre outros, relacionamos: italianos, alemães, pomeranos, poloneses, holandeses, suíços, luxemburgueses, belgas, franceses, libaneses e chineses.

Fatores externos contribuíram para que esses imigrantes se deslocassem para o Brasil e, em particular, para o Espírito Santo. A consolidação do modo de produção capitalista na Europa, a mecanização da lavoura e a concentração de terras em grandes propriedades abalaram as antigas estruturas agrárias, provocando êxodo rural. A industrialização que se operava nas cidades, por outro lado, colocava os trabalhadores em condições subumanas, com baixos salários e jornada de trabalho excessiva.

Não se tem condições de afirmar com certeza qual o número de imigrantes que vieram para o Espírito Santo. Pesquisa realizada a partir da documentação existente no Arquivo Público do Espírito Santo estima a entrada de 44.510 imigrantes entre 1847 e 1900, número bastante expressivo, se levarmos em conta que em 1872 a população da província era de 82.000 habitantes (HEES; FRANCO, 2012).

De forma geral, os emigrantes resolvem deixar a sua terra natal para minorar suas agruras, criar expectativa de melhorar de vida. O

maior apelo, entretanto, era a esperança de adquirir na nova terra a propriedade. Segundo Syrléia Marques Pereira (2008), normalmente, era a impossibilidade da garantia a sua própria sobrevivência e a daqueles que estavam sob sua responsabilidade que levava pessoas a desejarem imigrar. Da mesma forma pensa Herbert Klein (1999), que aponta como fatores determinantes da expulsão dos imigrantes da Europa dos séculos XIX e XX, o difícil acesso à terra, a baixa produtividade da terra e a numerosidade dos membros das famílias que precisavam ser alimentados, além do crescimento demográfico.



Figura 2
Imigrantes italianos deslocando-se para o embarque (século XIX)

Recrutados, muitas das vezes a partir de propaganda enganosa, vendiam o pouco que tinham, saíam de sua terra natal e se dirigiam para os portos onde iriam embarcar. Os principais portos europeus de embarque foram Gênova, Veneza, Hamburgo e Havre.

Meu avô, Guilherme Reinke, morava em Scheberlin, onde trabalhava como cocheiro de uma família nobre. Levava vida tranqüila, dormindo boa parte do dia na carruagem, aguardando o patrão. Mas a remuneração era baixa e ele sentia sempre a sua condição de empregado. Assim, não resistiu aos apelos das Companhias colonizadoras e das descrições fantásticas das cartas de parentes, que só depois soube serem deturpadas. Essas cartas diziam, ainda, que no Brasil cada qual possuía a sua terra e podia colocar a sua galinha no fogo. Embarcou em Hamburgo, no ano de 1869, trazendo a mulher e os três filhos. Diante da realidade encontrada, só não voltou porque não tinha recursos, e morreu arrependido de ter vindo (Depoimento de Franz Reinke – Santa Maria de Jetibá-ES) (COSTA, 1999, p. 15).

Segundo Renzo Maria Grosselli (2008, p. 74), dois teriam sido os fatores que impulsionaram o fluxo imigratório:

O primeiro foi a publicidade que vários países, os latino-americanos em primeiro lugar, fizeram no Trentino sobre suas próprias

experiências de colonização. Na maior parte das vezes não se tratava apenas de publicidade que caía nas mãos dos camponeses sob a forma de panfletos, mas de verdadeiras organizações financiadas por estes países, que tendiam ao recrutamento de emigrantes em potencial. Publicidades e agências de emigração não foram apenas a base da escolha do camponês deste ou daquele país para emigrar. Foram verdadeiros ‘aceleradores’ do fluxo imigratório. Indicavam um Éden (porque assim o apresentava a publicidade e nisto se resumiam as promessas dos agentes) que parecia ser a solução para todos os problemas para quem, daquele lado do oceano, vivia no limite da sobrevivência. Os próprios emigrados, uma vez estabelecidos nas terras do além-mar, tornaram-se um fator de atração para seus parentes e patrícios da Europa. Um outro importante ‘acelerador’ foram as suas cartas que, às vezes autênticas, outras vezes falsas, frequentemente apenas a expressão de um entusiasmo momentâneo e mal calibrado, convenceram outros a segui-los.

Os imigrantes traziam consigo muito pouco, pois, na maioria das vezes, o trajeto de sua aldeia até o porto de embarque era muito distante. Segundo Luiz Serafim Derenzi (1974, p. 51), nos portos, o cais ficava sempre apinhado de gente, que para lá se dirigia para as despedidas.

A cena é lancinante. Lágrimas, lamúrias, desmaios, invocações devotas, promessas. Os mais fortes e menos emotivos amparavam os velhos aflitos. Consolar as velhas mães ou os avós é drama pungente [...]. Da amurada do navio os lenços sacodem nervosos as despedidas finais. Addio! Addio! Addio!

Os corações se fecham numa saudade funda.

A travessia era penosa, pois eles viajavam em porões. Os dormitórios coletivos podiam ter entre quatro, seis, oito ou ainda dez

leitos. O espaço era pequeno para tanta gente, que ficava mal acomodada, de tão apertado. Os banhos eram raros. O ar abafado dos porões, a comida pouco agradável, o balançar do navio faziam com que os passageiros enjoassem e vomitassem, aumentando em muito a sensação de mal-estar e desconforto.

A travessia do Atlântico era exaustiva. Relatando depoimento de um imigrante, Zuleika Maria Forcione Alvim (1998, p. 219) registrou:

Como estávamos amontoados naquele navio, meu Deus, quando embarcaram outros passageiros. Naquele bendito vapor, éramos mais de duas mil e quinhentas pessoas ocupando a terceira classe, apertados como sardinha. Não compreendia patavina de quanto falavam aqueles napolitanos e eu, tímido por natureza, não conseguia compreender como havia tido coragem de lançar-me no meio de tantos desconhecidos.

A viagem, até a metade do século XIX, durava dois meses, mas, com a introdução da navegação a vapor, no final da década de 1870, passaram a durar bem menos, entre 21 e 30 dias. Navios apinhados, alimentação precária e muitas vezes servida já deteriorada e a falta de higiene pessoal levavam os passageiros a serem vítimas de muitas moléstias que resultavam em um grande número de mortos.

Ao chegarem ao seu destino, os imigrantes desembarcavam na Hospedaria dos Imigrantes, onde ficavam por oito dias na quarentena. Ali sua documentação era conferida. No Espírito Santo, a Hospedaria da Pedra d'Água foi construída entre 1888 e 1889, no governo do presidente provincial Henrique de Athaide Lobo Moscoso. Anteriormente, o desembarque se dava diretamente no Porto de Vitória e os alojamentos, quando existiam, ficavam localizados em barracões improvisados nas circunvizinhanças da Capital ou, então, as famílias seguiam diretamente para as fazendas ou para o seu núcleo.



Figura 3
Hospedaria da Pedra d'Água em Vitória, onde os imigrantes se alojavam

No Espírito Santo, organizaram-se os núcleos coloniais, para assentamento dos imigrantes. Esses núcleos eram divididos em lotes (prazos) que tiveram, no início, 50 hectares. Mais tarde foram reduzidos para 30, 25 hectares. Inicialmente, essas colônias foram criadas nas regiões de montanha que, pelas suas características climáticas, ofereciam melhores condições de aclimatação para o colono europeu.

Cabia ao governo, em cada lote, garantir a derrubada de mil braças quadradas para a primeira lavoura e erguer um rancho para habitação provisória. Devia ainda fornecer ferramentas necessárias a cada família, de acordo com o número de pessoas capazes de trabalhar na lavoura, bem como sementes diversas — milho, feijão, batata, abóbora — para a primeira plantação e também um casal de porcos, duas galinhas e um galo.

Segundo Sebastião Pimentel Franco (1998, p. 31):

Em caso de doença ou má qualidade da terra, o pagamento poderia ser prolongado por um período superior ao estipulado. O Governo Imperial adiantava o valor da passagem que garantia o embarque para o Brasil, provendo também ferramentas e sementes, mediante o ressarcimento futuro de todas essas despesas pelo colono. A passagem, as sementes e os implementos agrícolas deveriam ser pagos ao longo de quatro anos em parcelas iguais. O pagamento da terra (hipotecada ao governo), onde obrigatoriamente deveria residir com sua família, teria início depois de três anos.

A partir de 1896, após o relatório do Cavalheiro Nagar que, em visita ao Espírito Santo, relatou as precaríssimas condições de vida dos imigrantes, a Itália suspendeu o expatriamento de colonos italianos. Relatos das péssimas condições de vida dos imigrantes já tinham sido divulgados, como fez o Barão Johann Jakob Von Tschudi (2004), ao percorrer colônias de migrantes na Província do Espírito Santo, em 1860.

Os libaneses chegaram ao Espírito Santo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, motivados pela dominação turca e por conflitos religiosos que provocaram uma fuga em massa, o que abalou a estrutura econômica, social e política do Líbano. Segundo Hees e Franco (2012, p. 81): “Além disso, devemos assinalar a abertura do Canal de Suez, que permitiu a entrada de produtos mais baratos, o que levaria à decadência das indústrias tradicionais, tornando a emigração uma opção pela sobrevivência”.

Como essa imigração era espontânea, diferentemente do que ocorreu com outros imigrantes que vieram de forma dirigida, muitos aqui chegaram na condição de turista, portanto não é possível saber com certeza quantos imigrantes libaneses entraram no Espírito Santo.

A maioria se dirigiu para as cidades de Vitória, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, seguindo sempre a rota da produção cafeeira. Muitos deles se dedicaram a atividades de comércio e pequena indústria.



Figura 4

Família de imigrantes libaneses. In: CAMPOS, Mintaha Alcure. Turcos pobres, sírios remediados, libaneses ricos. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1981



Capítulo IV



Do café aos grandes projetos industriais

Da colônia até o final da década de 1950, a agricultura foi a base econômica do Espírito Santo. Nos tempos coloniais, o açúcar era a principal atividade econômica, mas, a partir do século XIX, o café se transforma no sustentáculo da economia.

Conforme dissemos, o café começou a ser plantado, na Província do Espírito Santo, por volta de 1812, na região do rio Doce, mas foi nas regiões central e serrana (onde foram alocados os imigrantes) que a expansão cafeeira se tornou representativa. A produção cafeeira já era uma realidade no Espírito Santo, embora somente a partir da segunda metade do século XIX essa produção tenha se expandido enormemente. Tanto que logo passa a alcançar a primeira posição na produção e na exportação da região.

Siqueira (1995, p. 45) diz que o declínio da produção açucareira se tornava uma realidade: a alta do preço do café, produto muito consumido, sobretudo na Europa, e a vinda dos imigrantes europeus que passaram a plantar esse produto em suas pequenas propriedades fizeram crescer ainda mais a produção dessa atividade agrícola. O crescimento da produção e da exportação cafeeira possibilitou a ampliação das regiões interioranas, a melhoria nos sistemas de transporte, o surgimento de casas comerciais — no interior e na Capital —, o crescimento da arrecadação de impostos, a diversificação e o aumento da produção agrícola.

Assim, o crescimento da cafeicultura no Espírito Santo, ao menos indiretamente, promove o incremento da imigração e a fixação do imigrante europeu não português, a construção de

estradas e caminhos vicinais, a navegação regular a vapor e a implantação da ferrovia.

Conforme Mergár (2011, p. 77), entre as transformações ocorridas a partir da cafeicultura, podemos destacar:

[...] a) o crescimento populacional; b) a maior produção e exportação; c) o maior desenvolvimento da região da província onde a produção cafeeira se alastrou e maior ocupação de regiões interiores, fatores aliados ao deslocamento da população de fronteira de Minas Gerais e do norte fluminense para o Espírito Santo; d) o crescimento da atividade comercial — tanto na Capital como no interior; e) o intercâmbio com nações da Europa e com os Estados Unidos da América do Norte; f) o maior volume de recursos financeiros em razão dos impostos auferidos com a exportação de café; g) e, conseqüentemente, a possibilidade de maior investimento na infraestrutura da província, como a construção de estrada de ferro para viabilizar o escoamento da produção.

Já na década de 1870, o plantio e a produção de café eram a principal atividade do comércio capixaba, visto que já havia superado a produção de açúcar. Maria da Penha Smarzaró Siqueira (1995, p. 38) diz que:

Embora o solo [capixaba] fosse favorável ao cultivo de muitos produtos agrícolas, a cultura cafeeira fez com que o grande agricultor se dedicasse exclusivamente ao plantio do café, deixando os outros produtos aos cuidados do pequeno agricultor, que não possuía meios para transportar sua mercadoria até os mercados consumidores. Isto criou a necessidade de importar os demais alimentos. Além do café que era produzido em alta escala, havia a exploração de madeira, e o cultivo de milho, mandioca, arroz, feijão cana-de-açúcar, algodão e cacau, em pequena escala. O Espírito Santo vivia do trabalho da terra, mas, além do café, apenas

a madeira e a farinha de mandioca colaboravam na exportação; os demais produtos eram consumidos internamente. O cultivo do café no Espírito Santo não constituiu especialidade de um único município, e sim expandiu-se em toda a região, com diferentes dimensões. Embora expandindo-se em toda a Província, sua proeminência não foi homogênea em toda região capixaba. Adaptou-se melhor na região sul [...].

A arrecadação de impostos aumentou significativamente com as exportações, permitindo que fosse possível a concretização de obras públicas, como saneamento, iluminação pública, transportes, construção de ferrovias e estradas de rodagem, melhoria nos portos, desobstrução de rios para o transporte fluvial.

A produção cafeeira foi responsável pelo aumento significativo de arrecadação de impostos com sua comercialização e exportação. Possibilitou ainda o incremento do comércio, inclusive de casas comerciais sofisticadas que vendiam produtos importados, como queijos, vinhos, manteiga, licores, cervejas, que passaram a ser consumidos na Capital e ainda no interior da província.

Como o café era o produto responsável pelo maior volume de rendas a partir da década de 1870, variações negativas de preços, ou mesmo de produção, tinham grande impacto na economia local, causando grandes prejuízos, o que vai fazer com que os governantes vissem como necessária a diversificação da produção agrícola e da economia como um todo.

Mais uma vez recorremos a Siqueira (1995, p. 58) para dizer que o café era a maior fonte de renda,

[...] de recursos financeiros, que sustentava a vida pública e particular no Espírito Santo [e que, após a proclamação da República], [...] o setor cafeeiro capixaba intensificou a prosperidade de seus cultivadores, e começou a produzir um excedente econômico que estimulava a construção de ferrovias.

O crescimento da produção cafeeira resultou na construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligava a Capital ao sul do Estado e ao Rio de Janeiro, construída no governo de Muniz Freire. Seu primeiro trecho foi inaugurado em 13 de julho de 1895 e ligava Vitória a Viana. Para melhor escoar a produção cafeeira, buscou-se ainda construir trechos ferroviários que ligavam regiões interioranas, como a Estrada de Ferro Caravelas que, num trecho de 50 quilômetros, ligava Cachoeiro de Itapemirim à estação de Pombal, localidade hoje denominada Reeve.

Outra importante ferrovia foi construída, buscando ligar Vitória ao norte do Estado e a Minas Gerais. Essa ferrovia não tinha por atividade principal o escoamento da produção cafeeira, mas sim transportar madeiras, produtos agrícolas, passageiros. Seu primeiro trecho foi inaugurado em 1904.



Figura 5
Tropeiros em
Santa Leopoldina

Embora a ferrovia, no decorrer do século XX, tivesse se tornado o principal meio de escoamento da produção cafeeira, durante o século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX, o café era transportado, do local de sua produção até os portos e ferrovias, por intermédio dos tropeiros.

Passando por caminhos precários, as tropas de burros faziam longas jornadas, segundo Ormando Moraes (1989), vencendo picadas e caminhos mal abertos, muitas vezes cheios de atoleiros e lamacentos quando era época de chuvas. A falta de pontes e de estradas à época tornava a jornada dos tropeiros uma árdua tarefa, pois eles tinham de atravessar os rios com os animais e as mercadorias. Para tanto, primeiro eles colocavam os animais para atravessar os rios a nado, enquanto a carga era colocada em canoas.

Segundo Hees e Franco (2012), a conexão entre as fontes produtoras, as cidades, os portos marítimos ou fluviais e as estradas de ferro era feita pelos tropeiros, que levavam e traziam produtos.

No Espírito Santo, não se pode falar em industrialização antes da década de 1960, quando se iniciará a implantação dos chamados

“Grandes Projetos Industriais”. Na colônia, e mesmo durante todo o Império, só existiram pequenas indústrias ou fábricas, que atendiam às necessidades básicas. Eram, em verdade, fábricas caseiras, artesanais, que produziam alguns poucos produtos, como tecidos grosseiros, velas, ferramentas, tijolos, telhas, sabão, selas etc.

Na República, houve uma tendência de essas indústrias se ampliarem, sobretudo a partir da iniciativa de Jerônimo Monteiro que, às expensas do Estado, tentou implantar um complexo industrial no sul do Espírito Santo. Assim, surgiram algumas fábricas, como a de tecidos, de açúcar, de óleo, de papel e uma serraria, todas em Cachoeiro de Itapemirim. Em Vitória, foi implantada uma fábrica de tecidos em Jucutuquara. Essas indústrias tenderam a fracassar, o que pode ser explicado pelas seguintes razões: falta de energia elétrica suficiente para fazer esse complexo industrial funcionar; dificuldades no escoamento da produção, o que elevava os custos do produto; e restrito mercado consumidor interno para essa produção.

Até a década de 1940, a economia do Espírito Santo esteve voltada par a atividade agrária. A indústria era incipiente e insignificante, ligada à transformação de produtos primários.

Somente na década de 1950, a partir do governo de Jones dos Santos Neves (1951–1954), é que se começa a apontar a necessidade de alterar a infraestrutura do Estado, buscando atender às demandas da população. Assim, em seu governo, Jones dos Santos Neves propôs grandes investimentos em quatro setores, a saber: energia elétrica, fomento da produção agrícola, malha rodoviária, Porto de Vitória. Para tanto, solicitou verbas do Governo Federal, tendo conseguido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para a instalação da hidrelétrica de Rio Bonito, aproveitando as águas do rio Santa Maria. Em contrapartida, o Governo Federal exigia a instalação de uma empresa de energia elétrica. Surge, assim, a Espírito Santo Centrais Elétricas



Figura 6
Minério de ferro sendo descarregado dos caminhões no Porto de Vitória (1940)

S.A. (Escelsa). Conseguiu, ainda, Jones dos Santos Neves financiamento para outros dois projetos, um ligado à indústria siderúrgica e outro, à de cimento.

Segundo Hees e Franco (2012, p. 129):

Em seu governo o porto de Vitória foi aparelhado para reparo e construção de barcos; foi construído um cais de carvão; foi feita a dragagem do canal e da baía de Vitória, a uma profundidade de quinze metros. Foi também feito o enrocamento de cerca de quatro quilômetros de extensão, desde o final do cais do porto até o bairro de Bento Ferreira.

Convém destacar que, durante todo o transcorrer da República, houve uma tendência de preços elevados ou ainda uma política, por parte do governo, de comprar o café dos produtores por um preço mais elevado do que o mercado externo pagava, o que contribuía para que cada vez mais a sua produção se expandisse. A partir do final dos anos de 1950, a tendência da queda do preço do café e o crescimento da concorrência externa levaram o Governo Federal e local a reter as safras do produto, na expectativa de que, em seguida, o preço se elevasse, o que não aconteceu. Não tendo outra saída, só restou ao governo adotar uma medida drástica, que foi decretar a erradicação dos cafezais. Se, no Brasil como um todo, tal situação provocou problemas para a economia, no Espírito Santo, ela se fez sentir mais fortemente, desestruturando a economia local, gerando um caos social, uma vez que reduziu a oferta de trabalho e incentivou a expulsão do homem do campo. Buscando solucionar a crise, o governo resolveu pagar indenização aos donos de cafezais pela erradicação de suas plantações. Nesse sentido, foi proposto diversificar a produção agrícola e tentar substituir a produção de café por outra atividade, como a pecuária, o que não solucionou o problema. Para Hees e Franco (2012, p. 139):

Como a economia local era fundamentada na pequena propriedade, com produção familiar, os pequenos e médios proprietários foram enormemente atingidos. A indenização dos cafezais erradicados só lhes permitiu, quando muito, saldar as dívidas. Consequentemente, eles não conseguiram aplicar em outras atividades os recursos recebidos.

A partir de então, o governo local voltou-se para o desejo da implantação de um projeto industrial. Mas como implementar um parque industrial se não havia capital suficiente para tal investimento?

A partir da tomada do poder pelos militares, por meio de um Golpe de Estado, esse projeto terá condições de ter êxito, porque, ascendendo ao poder, os militares adotaram um novo modelo econômico pelo qual passou a existir uma política de interferência na economia. O Estado, na linha dessa nova política, busca atrair o capital estrangeiro, oferecendo incentivos fiscais para que indústrias se estabelecessem no país. Para o capital estrangeiro, essa política lhe era amplamente favorável. Estabelecer indústrias multinacionais no Brasil tornou-se altamente lucrativo, pois, além de incentivos fiscais, a mão de obra local recebia salários muito baixos, e isso garantia lucros exorbitantes a essas empresas.

Mais uma vez recorremos a Hees e Franco (2012, p. 141) para explicar o processo de implementação de projetos industriais no Espírito Santo. Segundo os autores:

Para promover o aceleração do processo de industrialização, o Estado tomou medidas que possibilitariam e incentivariam a implantação e ampliação de indústrias, dentre as quais podemos apontar: incentivos fiscais para financiar investimentos privados, por meio da Constituição do Bandes, do Fundap e do Funres; os Grandes Projetos Industriais, com a implementação de empresas, como CST, Aracruz Celulose, Samarco, e ampliação da CVRD;

reaparelhamento do sistema portuário e construção de portos; ampliação da malha rodoviária e ferroviária; criação da Civit; isenção total ou parcial de imposto de ICMS, IPTU, ISS, assim como doação de terrenos e concessão de bônus fiscal.

Tal política possibilitou um crescimento da economia, mas nada que pudesse mudar radicalmente a estrutura econômica do Estado. A explicação para esse fenômeno pode ser compreendida no fato de que as indústrias aqui implantadas eram especializadas em produção de bens intermediários, voltados para abastecer o mercado externo, como celulose e aço. Os lucros obtidos não eram reinvestidos aqui, o que, de certa forma, inibia que o processo industrial se avolumasse. Além disso, com os incentivos concedidos, as empresas, para seu estabelecimento, não participavam de arrecadação de impostos municipais ou estaduais.

Podemos dizer que, até 1975, as indústrias que se estabeleceram no Espírito Santo surgiram em razão dos incentivos fiscais ou por iniciativa de pequenos capitais locais. A partir dessa data, entra em vigor o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que foi criado objetivando que regiões menos desenvolvidas tivessem a possibilidade de se desenvolver e pudessem exportar produtos de interesse nacional.

A partir da inserção do Espírito Santo no PND, instalam-se aqui complexos siderúrgicos, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão, as usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce, o complexo portuário de Tubarão, e também se amplia e diversifica a produção da Companhia Ferro e Aço (Cofavi). Essas empresas situaram-se na região da Grande Vitória, enquanto outras empresas foram instaladas em regiões interioranas, como a Aracruz Celulose, em Aracruz, e a Samarco Mineração, em Anchieta.

A instalação dos Grandes Projetos Industriais promoveu impactos econômicos, como a dinamização da economia e um desequilíbrio entre as regiões do Estado, sobretudo nas áreas onde

ocorreu acelerado esvaziamento populacional, como na área rural. Provocou, ainda, impactos ambientais e graves problemas sociais a partir da formação de grandes bolsões de pobreza.

Os migrantes que vieram para a região da Grande Vitória, local onde se constituiu predominantemente o complexo industrial, eram profissionalmente desqualificados. Em um primeiro momento, não encontram dificuldades em conseguir emprego, quando da construção das fábricas e indústrias, porém, depois da construção, tiveram enormes dificuldades em se manter nos empregos e se transformam nos marginalizados das áreas urbanas. Dizem Hees e Franco (2012, p. 144) que:

A urbanização desordenada, aliada à falta de condições do Estado de garantir infraestrutura de serviços urbanos necessária para atender à massa de migrantes, provocou um grave problema social. Havia carência de hospitais, escolas, moradia, transporte coletivo. O problema da falta de moradia contribuiu enormemente para o surgimento de favelas e para a ocupação de áreas periféricas, que, conseqüentemente, levaram a uma descaracterização do espaço geográfico local.



Capítulo V

A política na República

Ainda no período imperial, veremos se desenvolver um movimento republicano no Espírito Santo. Diferentemente do que ocorreu em outras localidades do país, esse movimento começa a tomar fôlego no final do Império, quando, em 1887, foi fundado o primeiro Clube Republicano no Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim. Convém destacar que as ideias republicanas já se faziam presentes antes da fundação do Clube, por meio da imprensa, como o jornal *O Cachoeirano*. Em 1888, Cachoeiro de Itapemirim continua exercendo a liderança no movimento republicano, quando realiza o primeiro Congresso Republicano Provincial.

Além de Cachoeiro, outras cidades acabaram criando clubes republicanos, como São José do Calçado, Alegre, Rio Pardo (Íuna), Anchieta, São Pedro de Itabapoana, Conceição do Muqui, Espírito Santo (Vila Velha), Vitória, Santa Isabel, Guandu, Alfredo Chaves, Vila de Itapemirim e Vitória. Em Anchieta surgiu o segundo jornal republicano *A Tribuna*.

Como forma de aglutinar simpatizantes à sua causa, os clubes republicanos no Espírito Santo realizavam conferências, visando a divulgar os seus ideais. Nesses encontros, buscava-se atrair pessoas de todas as camadas sociais que eram convocadas pela imprensa local, que divulgava o dia, a hora, o tema e o nome do orador.

Tendo sido proclamada a República no Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1889, a notícia só chegou ao Espírito Santo no dia seguinte, por telegrama, cujo teor foi divulgado pelo jornal *A Província do Espírito Santo*. A proclamação, segundo cronistas da época, não foi muito comemorada na capital, Vitória, reação



Figura 7
Republicanos históricos do Espírito Santo

diferente do que ocorreu em Cachoeiro de Itapemirim, onde foram promovidas festivas passeatas. Em outras localidades, como Castelo, Alegre, Veado (Guaçuí) e Santa Leopoldina, também houve comemorações com bandas de músicas e foguetório.

No dia 16 de novembro, a Assembleia Legislativa foi dissolvida. Os republicanos reunidos escolheram um chefe do Governo Provisório. O eleito foi Afonso Cláudio e sua posse ocorreu no dia 21 de novembro, sendo assim descrita pelo jornal *A Folha da Victoria* (21 nov. 1889, f. 1):

Hontem, pelas 10 horas da manhã, começou a fazer-se grande concorrência pública nas cercanias da Câmara Municipal, em consequência dos convites Officiaes annunciando a posse do governador Dr. Affonso Cláudio de Freitas Rosa.

A hora aprazada, em presença das autoridades civis, judiciárias, militares, ecclesiáticas, representantes da imprensa e povo, leu o governador perante a Câmara Municipal a sua mensagem prestando em acto seguido nas mãos do respectivo presidente o cidadão Joaquim Côrrea de Lyrio, o juramento pelo qual se obrigava, sob palavra de honra, servir bem e sinceramente aos interesses do Estado, que lhe foi confiado, mantendo a paz, a justiça e a igualdade entre todos os cidadãos.

Assim como ocorreu em diversas regiões do Brasil, os primeiros anos pós-proclamação da República foram tempos difíceis. A instabilidade política se fez presente. Se não houve nenhum conflito armado localmente, como aconteceu em outros Estados da Federação, existiu, sim, desânimo e desilusões com o novo regime de governo. O primeiro governador escolhido provisoriamente, Afonso Cláudio, ficou poucos meses no poder. A própria Constituição Republicana de 1891 foi modificada com menos de um ano que havia entrado em vigor.

A República significou a vitória das elites regionais. Localmente o poder passou a ficar concentrado nas mãos dos chefes regionais. Para melhor controlar o processo de manutenção do poder, as elites rurais passam a controlar o processo eleitoral, manipulando o resultado das eleições. Para isso, os líderes políticos e os coronéis transformaram-se nos homens poderosos. A força política do coronel era garantida, uma vez que, “[...] armado dispondo de uma milícia, senhor absoluto da vida dos indivíduos, sem noção de limites, ele representava o poder. Era um personagem que personificava a vida política no Brasil que não existia sem ele” (VASCONCELOS, 1995, p. 37).

A maior arma do coronel era o voto, por meio do qual exercia seu poder político. Quanto mais votos pudesse oferecer ou obter, maior o seu poder. Em razão disso, instituiu-se no Brasil o “voto de cabresto” (CARONE, 1972).

Para se manter no poder, o coronel fazia arranjos e fomentava a fraude no processo eleitoral. Marta Zorzal e Silva (1995, p. 84), ao colher depoimento de um importante político local, mostra como a fraude se processava:

Na época de fazer inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração que dizia: constituo meu procurador o coronel, para fim de me alistar como eleitor, e assinava. Fazíamos isso com a letra de meninos de nove ou dez anos, justamente porque a letra ruim confundia-se com as letras dos colonos que, geralmente, não era boa.

A primeira oligarquia a se consolidar no poder foi a capitaneada por Muniz Freire, que se elegeu governador em 1892. Fez o seu sucessor e retornou ao poder mais tarde, em 1900. Novamente fez seu sucessor. Freire era natural de Vitória, de família tradicional

que vinha detendo poder político desde os tempos coloniais, como nos aponta Estilaque Ferreira dos Santos (2012).

Em 1877, foi para Recife estudar Direito, tendo três anos mais tarde se transferido para São Paulo, onde concluiu o curso. Desde cedo mostrou sua vocação para o jornalismo. Já em Vitória, quando estudava no Ateneu, fundou, juntamente com outros colegas, um jornal literário, *A Aurora*. Quando estava em Recife, criou o jornal *A Gazeta Acadêmica* e, em São Paulo, tornou-se redator-chefe do jornal *Liberal Acadêmico*.

Retornando a Vitória, em 1882, associa-se a Cleto Nunes e funda o jornal *A Província do Espírito Santo*. Proclamada a República, esse jornal passou a se denominar *Estado do Espírito Santo*.

Na visão de Santos (2012), Muniz Freire projeta-se politicamente quando passa a escrever uma série de cartas, externando ao Imperador D. Pedro II a insatisfação do povo local, em razão do não atendimento quanto às reivindicações em relação à vida econômica da província. Entre essas reivindicações, aponta: construção de estradas de ferro, navegação no rio Doce, navegação entre os portos da província, incentivo à imigração.

Aproveitando-se da dissidência política local entre os republicanos, Muniz Freire funda o Partido Republicano construtor, tornando-se o principal líder.

A convite do governador provisório, Afonso Cláudio, participou da comissão que iria elaborar uma nova Constituição. Findos os trabalhos, em 2 de maio de 1892, foi promulgada a nova Constituição. O Congresso Legislativo, nesse mesmo dia reunido, acabou elegendo Muniz Freire para governador do Espírito Santo.

Muniz Freire estabeleceu, como marca de seu governo, dois objetivos: construir vias férreas e expandir o povoamento do Estado. Graças ao elevado preço do café naquele momento, pôde efetivar os objetivos traçados para seu governo. Assim, iniciou a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim. Como os recursos para a construção

dessa ferrovia seriam insuficientes, se contasse apenas com a arrecadação de impostos com a exportação de café, toma empréstimo em bancos franceses. Para dar conta de resolver o problema dos grandes vazios demográficos, implementou a política de trazer imigrantes europeus.

Uma outra ação importante foi o projeto de transformar a capital, Vitória, num grande centro populacional e comercial. Segundo Carlos Teixeira Campos Júnior, o governador buscou implementar uma série de melhorias, como garantir saneamento básico e expandir a área urbana, criando, assim, um novo bairro, o Novo Arbalde, cujo projeto ficou a cargo do urbanista Saturnino de Brito.

Muniz Freire retorna ao governo em 1900. Nesse segundo mandato, o preço do café no mercado internacional estava muito baixo, e o Espírito Santo passava por um período de grande estiagem, prejudicando a produção cafeeira. Tal cenário dificultou maiores realizações nesse governo, então, a austeridade e cortes nos gastos públicos tiveram de ser efetivados.

O sucessor de Muniz Freire era um aliado político, Henrique da Silva Coutinho. No decorrer do mandato de Coutinho, sucedeu o rompimento entre este e Muniz Freire. Quando da sucessão de Henrique Coutinho, a contenda entre os ex-aliados políticos aumentou. O indicado para suceder a Henrique Coutinho foi Jerônimo de Souza Monteiro, que havia auxiliado Coutinho na tarefa de equilibrar as contas públicas do Estado.

Filho de tradicional e importante família do sul do Estado, Jerônimo Monteiro estudou na Faculdade de Direito em São Paulo, em 1894. Em 1895, já havia ingressado na carreira política, tendo sido eleito deputado estadual no Espírito Santo. Dois anos mais tarde, veio a se casar com a filha de um importante líder político da cidade de Piracicaba, Cícero Bastos. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado federal. Na legislatura de 1900-1904, não conseguiu compor a chapa de deputados federais por ter se atritado com o grupo político de Muniz Freire. Esse conflito levou-o a



Figura 8
Jerônimo Monteiro
quando eleito go-
vernador (1908)

fundar o Partido da Lavoura. Derrotado por Muniz Freire, sai do cenário da vida política e vai para a fazenda de sua família em Cachoeiro de Itapemirim.

Após ter sido convidado por Henrique Coutinho para atuar no governo, as portas se abriram para Jerônimo Monteiro, que acabou indicado para a sucessão no governo do Estado. A partir de então, seu grupo se tornou hegemônico na política estadual do Espírito Santo.

Assumindo o governo e em razão das dificuldades financeiras, Jerônimo Monteiro adotou medidas impopulares, chegando, inclusive, a diminuir o salário dos funcionários públicos. A crise financeira por que passava o Estado não foi impedimento para que o governante realizasse uma série de obras que marcaram a vida do Estado, como a reurbanização da Capital, dotando-a de novos edifícios, ruas e praças. Também introduziu o sistema de telefonia, água e esgoto da cidade; reurbanizou áreas consideradas insalubres (focos de doenças), como o Parque Moscoso; instituiu uma ampla reforma no ensino, convidando para tal ação o educador paulista Gomes Cardim. Dotou a cidade de Vitória de luz elétrica e introduziu um novo modelo de transporte público na cidade, os bondes tocados a energia elétrica.

Até a Revolução de 1930, o grupo de Jerônimo Monteiro foi se revezando no governo do Estado do Espírito Santo. Alguns dos governantes eram parentes próximos, como foi o caso de Marcondes Alves de Souza, Bernardino de Souza Monteiro e Florentino Avidos.

Dos parentes próximos, destacamos Bernardino de Souza Monteiro, seu irmão, com quem se desentendeu. A contenda entre o grupo desses dois, quando da sucessão de Bernardino Monteiro, levou a quase uma ruptura entre os irmãos, conforme nos afirma Namy Chequer Bou-Habib Filho (2007).

Outro governante ligado ao grupo de Jerônimo foi o seu cunhado, Florentino Avidos, que esteve à frente do governo do Estado de 1924 a 1928. Graduou-se na Escola Politécnica Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em Engenharia. Por concurso

público, foi nomeado servidor do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Foi designado, pelo Ministério em que era lotado, a executar as obras de instalação da Usina da Luz em Cachoeiro de Itapemirim. Outros projetos de engenharia acabaram sendo por ele executados, como a construção da estrada de ferro que ligaria Vitória ao Rio de Janeiro com um ramal para Minas Gerais. Construiu, ainda, uma obra de engenharia que é considerada obra-prima, o viaduto de Soturno.

Quando da sucessão de Nestor Gomes, ocorreu um impasse na convenção do Partido Republicano, sobre quem seria indicado. A escolha recaiu sobre Florentino Avidos, servindo “[...] para unir os Souza Monteiro e evitar uma disputa entre eles para indicar um candidato” (HEES; FRANCO, 2012, p. 63).

Com as exportações de café no auge, o que possibilitava excelente arrecadação de impostos, com a economia estabilizada, Florentino pôde empreender uma série de obras públicas. Assim, inúmeras obras, como pontes, escadarias, estradas de rodagem, saneamento básico (água e esgoto), foram feitas. A capital, Vitória, acabou recebendo o maior volume de obras, entre elas a ampliação de ruas, a criação de praças, os serviços de telefonia e a obra mais notável, a construção da Ponte Florentino Avidos, ligando a ilha ao continente.

As estradas de rodagem, num total de 35, foram sua marca registrada. Tinham por objetivo facilitar as comunicações entre as diversas regiões do Estado. Ao construir essas estradas, “caminhos de penetração”, Florentino Avidos demonstrava preocupação com os territórios isolados e despovoados. A construção de estradas de ferro foi outra meta desse governante, buscando a ligação entre as regiões do Estado.

Em seu governo, Florentino Avidos não se esqueceu de enviar esforços para melhorar a navegação fluvial, desobstruindo rios



Figura 9
Ponte Florentino
Avidos (1928)

e canais. Criou linhas de navegação, como as que ligavam Vitória a São Mateus, Vitória a Benevente e a do Rio Doce.

Na cidade de Cachoeiro, aproximou-se da família Souza Monteiro, vindo a se casar com uma das filhas do casal, Henriqueta.

Terminando seu mandato, foi eleito senador da República e foi morar no Rio de Janeiro. Tendo sido deposto o presidente Washington Luís, com a Revolução de 30, e devido a instalação de um Governo Provisório que fechou o Congresso Nacional, extinguiu-se seu mandato.

Em 1929, assume o governo Aristeu Borges de Aguiar, natural de Vitória. cursou a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Era um intelectual, professor, muito prestigiado entre seus colegas. Seu governo durará até 1930, quando ocorre a Revolução de 30. Assim, como aconteceu em outras unidades da Federação, todos os presidentes de Estado foram depostos e nomeados interventores em seus lugares.

Como governou apenas dois anos, pouco realizou Aristeu Borges de Aguiar. A marca principal de sua administração foi o investimento na tentativa de melhorar a qualidade da educação. Seu secretário de Educação, Atílio Vivacqua, era adepto de uma educação progressista, tendo, inclusive, participado do movimento nacional denominado *Escola Nova*, que propunha uma educação diferenciada da que era usual no Brasil. Buscando implementar modificações na estrutura da educação, investiu na qualificação dos professores e no uso de tecnologias, como o cinema, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Não se descuidou também de melhorias e ampliação das estradas de ferro e de rodagem e também dos portos, como o de Vitória, para facilitar o escoamento da produção.

No decorrer da República, começa a surgir uma dissidência política nacional no seio das oligarquias dominantes. Tal situação se agravou ainda mais quando da escolha do nome de Julio Prestes como candidato à sucessão de Washington Luís (1926 a 1930), cujas consequências reverberaram no Espírito Santo.

Aliada a essa questão, havia muita insatisfação contra o poder oligárquico estabelecido quando da Proclamação da República. Condenava-se abertamente o processo da eleição dos governantes, que eram sempre escolhidos de acordo com a vontade de quem estava no poder.

Outro fator importante para que fosse dado fim ao poder das oligarquias ocorre com o crescimento das áreas urbanizadas e da industrialização. As camadas médias da população começam a reivindicar e ganhar força, criticando abertamente o regime político existente e o processo eleitoral fraudulento.

No caso do Espírito Santo, segundo Flávio Calmon Wanick, embora durante todo o transcorrer da década de 1920 tivesse havido uma calma política, no governo de Aristeu Borges de Aguiar alguns acontecimentos facilitaram uma mudança do cenário, e próximo ao fim dessa década

[...] fatos novos fomentaram o despontar de agitações políticas e econômicas. A crise de 1929 afetando o preço do café, a nossa principal fonte de receita e, concomitante, a subida da temperatura política a nível nacional, com o surgimento da Aliança Liberal e o confronto entre as oligarquias regionais, foram fatores externos, que atuaram dentro do Estado como agentes desestabilizadores do equilíbrio político existente. [...] A economia espírito-santense estava e vinha bem praticamente em toda a década de 1920. No entanto, com os acontecimentos de outubro de 1929 e, conseqüentemente, a dificuldade de inserção do café no mercado internacional, surgiram grandes dificuldades para as finanças estaduais. Já a prática política capixaba caminhava em um providencial “mar de rosas”, situação incomum em anos passados, todavia o conflito entre as grandes oligarquias nacionais trouxe, para dentro do Espírito Santo, o clima de disputa que se realizava a nível nacional, fermentando um governo que já sofria algumas críticas, entre outros motivos, pela prática de nepotismo.

A contração da demanda internacional pelo café, a partir de outubro de 1929, afetou consideravelmente a receita orçamentária estadual, ocasionando transtornos para a economia capixaba já no mesmo ano. O Presidente Aristeu Borges de Aguiar, após ser considerado praticamente uma unanimidade positiva, perdeu apoio junto à população local, devido, em grande medida, ao nepotismo existente no seu governo, às críticas à condução do Estado frente à crise econômica e ao acontecimento de 13 de fevereiro de 1930 (WANICK, 2008, p. 10).

No decorrer da eleição para a sucessão do presidente Washington Luís, a crise política se acirra. O candidato escolhido foi o paulista Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo, contrariando a política do revezamento com Minas Gerais. Preterido, Antonio Carlos de Andrada, de Minas Gerais, busca a adesão de outros Estados e consegue de imediato o apoio do Rio Grande do Sul. Em seguida, da Paraíba, formando, a partir de então, a Aliança Liberal.

A Aliança Liberal lança candidato à presidência Getúlio Vargas e, como vice, João Pessoa, da Paraíba. O discurso da Aliança Liberal, que pregava o voto secreto, direto e universal, reformas no Judiciário e a adoção de leis trabalhistas, rapidamente ganha força, em especial, nos centros mais urbanizados.

A Campanha da Aliança Liberal percorre o país de norte a sul. No Espírito Santo, famoso ficou o comício realizado em frente ao Colégio do Carmo, onde se reuniram mais de 3.000 pessoas. No meio do discurso do senador Pires Rebelo, que atacava o governo, houve um tiroteio. O público presente foi tomado de pânico, ocorrendo, ao final, algumas mortes e muitos feridos.

Finda a eleição para presidente, são eleitos os candidatos situacionistas. Embora tenha sido vitorioso, Júlio Prestes não assumiu o governo em razão da rebelião político-militar liderada por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições. Saindo do Sul,

os revoltosos foram conseguindo adesão no Norte e Nordeste, até chegarem ao Rio de Janeiro, depondo o governo.

Hees e Franco (2012, p. 89) afirmam:

No Espírito Santo, os revolucionários se rebelam em vários pontos. Procedentes do Sul, a coluna revolucionária comandada por Magalhães Barata chega a Cachoeiro de Itapemirim. Fernando de Abreu é nomeado prefeito da cidade pelo comando revolucionário. De Minas marchava em direção ao Espírito Santo a coluna de revoltosos comandada por Otávio Campos do Amaral. É travado combate em Baixo Guandu, na manhã do dia 15 de outubro, saindo vencedora a coluna.

Aristeu Borges de Aguiar apoiou o candidato situacionista Júlio Prestes, que foi o vencedor na eleição presidencial. Deflagrada a revolução de 1930, que impediu a posse de Júlio Prestes, Aristeu Borges de Aguiar ficou numa situação extremamente difícil. O apoio do chefe do Estado Maior da guarnição federal no Espírito Santo, o Capitão João Punaro Bley, que aderiu à causa revolucionária, fez com que Aristeu Borges de Aguiar não tivesse condições de se manter no poder. De nada adiantou a providência de Aristeu Borges de Aguiar em distribuir a polícia pelo interior do Estado, objetivando guarnecer as fronteiras com Minas Gerais. Os revolucionários avançaram e depuseram o presidente do Estado do Espírito Santo, que acabou fugindo. De nada adiantou a providência de Aristeu Borges de Aguiar em distribuir a polícia pelo interior do Estado, objetivando guarnecer as fronteiras em Minas Gerais. Os revolucionários avançam e depõem o presidente do Estado do Espírito Santo, que acaba fugindo.

Para governar o Espírito Santo, Getúlio Vargas indicou João Punaro Bley, que se manteve à frente do governo por 13 anos. Tendo encontrado as finanças estaduais em situação crítica, devido à

crise de 1929, que redundou na quebra da Bolsa de Nova Iorque, Punaro Bley buscou sanear as finanças do Estado, pagando empréstimos à vista para obter abatimento de juros. Outra ação foi promover campanha pela nacionalização do ensino, nas áreas colonizadas por imigrantes europeus.

De forma geral, sua administração não executou nenhuma grande obra, exceto o cais de embarque de minério, no morro Atalaia, junto ao Porto de Argolas. Mesmo com dificuldades financeiras, buscou fomentar a agricultura, reduzindo impostos e fornecendo sementes e vacinas para os agricultores e pecuaristas.

Em 1943, Bley deixa o governo para assumir a diretoria da companhia Vale do Rio Doce. Em seu lugar será nomeado, como interventor, Jones dos Santos Neves, que, durante os dois anos no exercício do cargo, estabeleceu como metas prioritárias o saneamento, a produção e o transporte. Tinha como ideia central a necessidade de industrializar o Estado do Espírito Santo. Uma decisão muito importante foi a continuidade da construção da rodovia Vitória–Rio.

Entre 1939 e 1945, um conflito armado tomou proporções mundiais. Embora essa Guerra tivesse como epicentro a Europa, reflexos dela fizeram eco no Espírito Santo.

Nesse conflito dois grupos antagônicos se enfrentaram: de um lado, as Nações do Eixo, capitaneadas pela Alemanha, Itália e Japão; do outro, os aliados, formados pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, entre outros. O Brasil, que se manteve neutro até 1942, nesse ano aderiu à Guerra junto aos Aliados. Tal decisão levou a que descendentes de italianos e alemães, que haviam se estabelecido como imigrantes a partir do século XIX, comessem a ser perseguidos. A situação se complicou ainda mais depois que submarinos alemães afundaram o navio brasileiro Baependi, resultando na morte do professor de Educação Física capixaba Adão Benezath. Uma comoção tomou conta da capital, Vitória. Durante três dias, houve quebra-quebra e saques a lojas,

casas, escolas, escritórios e consultórios. Os estabelecimentos comerciais de descendentes de alemães foram os mais atacados. Tal situação não se ateve unicamente à Capital, mas ocorreu também no interior do Estado. Muitos fugiram com medo de serem mortos ou aprisionados.

Findada a Grande Guerra, acabou também o governo de Getúlio Vargas. As nações totalitárias haviam perdido a Guerra e não havia nesse momento espaço para regimes autoritários, como o que havia sido implantado por Getúlio, em 1937, quando instalou um Regime de Exceção, o Estado Novo.

Em 1945, o Brasil retorna à democracia com a eleição de Gaspar Dutra para presidente, que assumiu o governo em janeiro do ano seguinte. No Espírito Santo, nas eleições, o vitorioso foi o candidato do Partido Social Democrático, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que assumiu o governo em 1947.

A maior preocupação de Carlos Lindenberg foi com a área rural. Além de muitas estradas estaduais, concluiu a estrada interestadual ligando Vitória ao Rio de Janeiro. Segundo Hees e Franco (2012, p. 1260), esse governante “Fomentou a produção de café mais fino e a expansão do rebanho bovino, visando não só aumentar o fornecimento de carne, mas a ampliar a produção de leite. O empenho em possibilitar o aparecimento de indústrias foi tímido [...]”.

Em 1951, retorna ao governo do Estado, agora eleito por voto direto, Jones dos Santos Neves. As diretrizes de seu governo estiveram atreladas a um Plano de Valorização Econômica do Estado. Nesse sentido, seu governo buscou resolver os problemas urbanos de infraestrutura, como energia, saneamento, educação e transporte.

Os recursos conseguidos por Jones dos Santos Neves com o Governo Federal possibilitaram a construção da usina hidrelétrica de Rio Bonito. Em contrapartida, o Governo Estadual organizou a empresa de energia elétrica Escelsa S.A. Por meio ainda de convênio, conseguiu recursos financeiros para implantar dois projetos, um ligado à indústria siderúrgica e outro, à de cimento.

Francisco Lacerda de Aguiar, que até então era um ilustre desconhecido na política capixaba, conseguiu derrotar o candidato situacionista nas eleições de 1954, a partir da formação da Coligação Democrática, que aglutinou os partidos PR, PSP, UDN, PDC, PRP e PRT, capitaneada pelo seu partido. Para Ueber José de Oliveira (2013, p. 150), o “[...] uso de estratégias comunicacionais de extraordinário efeito [...] teria sido decisivo na sua vitória sobre a oligarquia do Estado que vinha governando o Espírito Santo desde 1908”.

Segundo ainda Oliveira (2013, p. 161), usando uma linguagem que atingia as massas, Francisco Lacerda de Aguiar, vulgo Chiquinho, inova na política trazendo um jingle de campanha com forte apelo popular:

‘Chiquinho vem aí’. E a música, uma novidade no que tange à sua utilização em pleitos, proporcionada pelo avanço nos meios de comunicação de massa, dizia o seguinte: ‘Chiquinho é amigo do povo trabalhador / o povo quer Chiquinho para governador / Chiquinho vem aí / o povo quer Chiquinho (PSP/PTB/PR/PRP) para governador’.

Embora sua administração não tivesse sido bem avaliada, Chiquinho volta a se candidatar em 1962, novamente contra Jones dos Santos Neves, tornando a vencer. Mais uma vez, o que pesou na vitória foi a sua popularidade e o seu carisma, o poder de realizar aglutinações políticas por meio de alianças e, ainda, a postura de seus adversários políticos que fechavam espaços mais flexíveis para o diálogo.

Quando governava em 1964, Chiquinho foi deposto em razão do Golpe de Estado iniciado em 31 de março, que derrubou o governo do presidente João Goulart e levou os militares ao poder no Brasil. Esse processo foi concluído na madrugada do dia 2 de abril, com a declaração de vacância do cargo de presidente da República pelo Congresso Nacional e a posse do sucessor de Jango. Por isso, o Golpe de 1964 muitas vezes é qualificado como tendo sido uma

ação civil-militar: militar porque foi pela força das armas que um governo constitucionalmente eleito foi deposto; e civil porque lideranças políticas e amplos setores da sociedade brasileira participaram tanto da urdidura como da consumação do golpe em si.

O Brasil vivia um momento muito particular de sua história, com grandes transformações políticas, econômicas e sociais, mas também vivia um contexto de acentuada radicalização política, em decorrência justamente das disputas pelo sentido e pelos limites das próprias mudanças em curso. No embate entre os diferentes projetos para o futuro do país, o resultado foi a interrupção da ordem legal e democrática e o início de uma longa ditadura que implementaria um projeto de modernização conservadora nas décadas seguintes.

Quando Jango foi deposto, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar. Diferentemente de outros governadores, que se posicionaram publicamente a favor ou contra o golpe, Chiquinho, como era conhecido, adotou uma posição ambivalente até o último momento, evitando dessa forma assumir a defesa de um governo que poderia derrotar ou não os conspiradores civil-militares. Nesse sentido, o Estado não viveu situações como a de Pernambuco, por exemplo, onde o governador Miguel Arraes foi preso e afastado do cargo ainda no dia 31 de março, como consequência da regionalização de pautas nacionais, como a reforma agrária.

A imprensa capixaba também não conferiu tanta atenção aos rumos da política nacional, concentrando-se sobretudo em questões regionais. Mas, assim como a imprensa brasileira atuou politicamente de forma a desestabilizar o governo Jango, no Espírito Santo o governo Chiquinho também foi alvo constante de críticas e denúncias, especialmente da imprensa vinculada a seus adversários políticos. Tudo isso ajudou a fomentar e a repercutir a oposição que o governador sofria dentro na Assembleia Legislativa, desde o início de seu mandato, em 1962, por parte daqueles que defendiam o novo regime — a despeito de Chiquinho ter aderido aos golpistas, mesmo tardiamente.

Com a implementação de uma ditadura, esse quadro sofreu uma mudança importante, visto que, no novo contexto político-institucional, marcado pela repressão e pela perseguição política, seus adversários, alinhados com o novo regime, passaram a usar os instrumentos de repressão para persegui-lo politicamente. No caso do governador, esse instrumento foi o Inquérito Policial Militar (IPM), aberto para investigar supostas denúncias de corrupção e pelo qual ele se afastaria definitivamente do cargo e da política capixaba. Cedo, porém, a repressão passou a atingir não apenas políticos, mas todos aqueles que, de alguma forma, se opunham ao que era defendido pelos militares e por seus apoiadores civis.

Assim, a partir do primeiro momento após o golpe civil-militar de 1964, passou a ocorrer uma verdadeira enxurrada de prisões e perseguições. Nesse contexto, sete a cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de cinco mil associados tiveram suas diretorias depostas; nas semanas seguintes à deposição de Goulart, prenderam-se mais de cinco mil pessoas; e um número significativo de cidadãos deixou o país na condição de exilados políticos.

Ademais, visando a estabelecer maior controle sobre a população, foi forjada ampla estrutura informativo-repressiva durante a ditadura, dividindo-se em dois sistemas: o Sistema Nacional de Informações (Sisni) e o Sistema de Segurança Interna do país (Sissegin). O primeiro objetivava reunir informações a serem colocadas à disposição do presidente da República, buscando dados importantes para neutralizar os *inimigos internos*, fosse diretamente, pelo combate, fosse indiretamente, pela desmoralização. O segundo completava as atribuições do anterior, atuando no campo repressivo propriamente dito, com execuções de prisões e interrogatórios.

A plena consolidação desses sistemas só ocorreu no final dos anos 1960. Todavia, já no primeiro ano da ditadura, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) e foram tomadas medidas

de caráter autoritário-repressivo. Visando a se autolegitimar, especialmente no que diz respeito aos atos de exceção, o regime instaurado criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais (AIs). Ao todo foram 17, com destaque para os cinco primeiros: o primeiro foi o início do regime e o AI-5, a sua coroação. O Ato Institucional nº 1, que tornava indireta a eleição do novo presidente da República e suspendia algumas garantias constitucionais. Nessa mesma toada ocorreu a decretação de atos revolucionários, que suspendiam direitos políticos de adversários do novo regime e transferia militares compulsoriamente para a reserva; foi criada a Comissão Geral de Investigações, responsável por investigar e propor punições com base no AI-1; e promulgada a Lei Suplicy, que proibia as atividades políticas estudantis.

Assim, valendo-se dessa prerrogativa “legal”, o regime cassou mandatos, eletivos, suspendeu direitos políticos dos cidadãos e anulou o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Entre 1964 e 1966, para exemplificar, cerca de dois mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente e 386 indivíduos tiveram seus mandatos eletivos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas Forças Armadas ocorreram igualmente muitas perseguições: cerca de 400 oficiais, considerados suspeitos ou simpatizantes ao governo deposto, foram punidos com a passagem compulsória para a reserva.

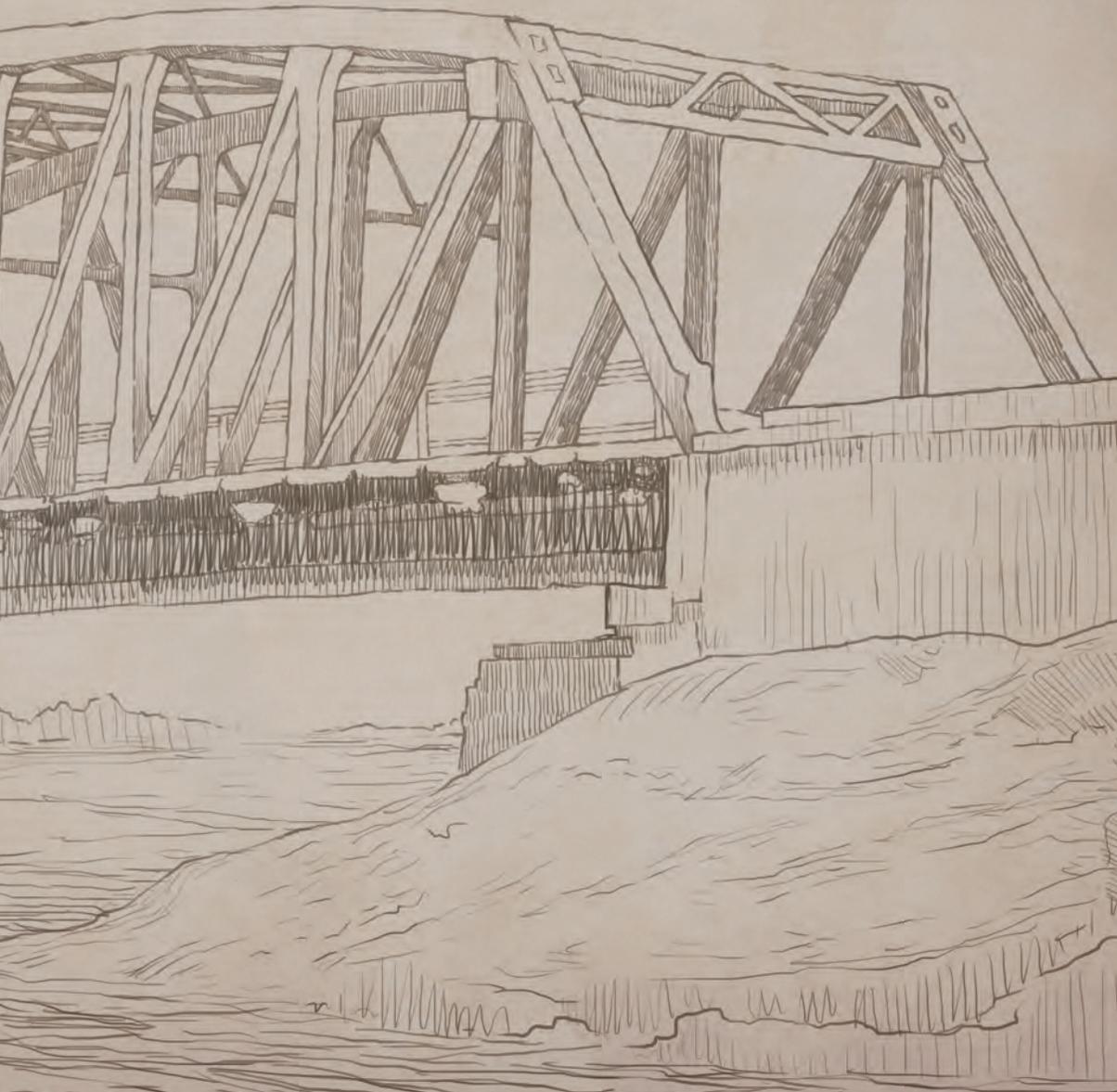
Dessa forma, em poucos anos, a ditadura erigiu uma ampla e complexa estrutura de informação e repressão. Além do SNI, os militares contavam com as Divisões de Segurança e Informação (DSIs), presentes nos Ministérios civis, em autarquias, nas fundações e nas empresas. As Forças Armadas, por sua vez, tinham uma estrutura própria, que incluía um centro de informação da Marinha (Cenimar), outro do Exército (CIE) e um terceiro da Aeronáutica (Cisa), além do Subsistema de Informações Estratégicas Militares, responsável, especificamente, por tratar das

informações relacionadas com as operações militares. O Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) completavam esse organograma.

Assim como ocorreu em outras regiões do Brasil, no Espírito Santo houve prisões, torturas, perseguições e direitos políticos foram suspensos, como afirma Pedro Ernesto Fagundes (2014). Muitos perderam seus empregos, outros tiveram que fugir e viver na clandestinidade. Se o Regime de Exceção endurecia, em contrapartida grupos que se opunham a esse governo se posicionavam, liderados por professores, artistas, intelectuais, sindicatos e, principalmente, por estudantes secundaristas e universitários, que desejavam a volta ao regime democrático. A repressão levou a que muitos fizessem oposição na clandestinidade. Diversas foram as manifestações promovidas contrárias à Ditadura.



Capítulo VI



Aspectos socioculturais

Pouco se sabe sobre a vida cotidiana da população nos tempos coloniais. Não deveria ser muito diferente do que era nas demais regiões do país. A população era rarefeita, concentrando-se na região litorânea. O interior, onde se localizavam grupos indígenas, era praticamente impenetrável. A labuta do dia a dia ocupava a população que se dedicava quase exclusivamente às atividades agrícolas.

Nos tempos coloniais e mesmo no decorrer do Império, a sociedade, segundo Enaile Flauzina Carvalho (2010), estava estruturada como exposto a seguir: a maioria eram escravos e pobres libertos, que viviam de forma precária, sobrevivendo cotidianamente da sua labuta, desempenhando funções mecânicas e manuais, como alfaiates, carpinteiros, catraieiros, costureiras, ferreiros, fogueteiros, pequenos lavradores, pedreiros, trabalhadores domésticos (em especial escravas), rendeiras, vendedores ambulantes, sapateiros, entre outros. A maioria vivia da atividade agrícola em seu pequeno pedaço de terra, de onde tirava seu sustento diário, vendendo o excedente. Existiam aqueles que não possuíam nem um pequeno pedaço de terra e, então, eram obrigados a trabalhar em propriedade de outrem, como meeiros ou por jornal. Segundo Câmara (2013, p. 72): “Cuidar do pequeno roçado, fazer farinha, plantar café, criar animais eram atividades exercidas cotidianamente pela maioria da população pobre que tinha suas pequenas propriedades, quer fosse um pequeno sítio, quer mesmo um lote”.

Os endinheirados eram poucos: os que desenvolviam atividades comerciais, os exportadores ou aqueles que ocupavam cargos na administração pública, os altos funcionários do Estado.

Existiam, ainda, os profissionais liberais, como médicos, advogados, militares de alta patente, engenheiros que faziam parte da elite. Havia também uma classe intermediária composta de pequenos comerciantes, militares de baixa patente, pequenos proprietários, funcionários públicos menos graduados, religiosos etc. Os mais bem situados socialmente eram indivíduos de cor branca.

Os escravos eram peça fundamental na engrenagem dessa sociedade. Mais uma vez recorremos a Câmara (2013, p. 70) para afirmar que “Os escravos faziam parte do cenário da cidade, quer nas lavouras, quer no serviço doméstico, sendo responsáveis pelo trabalho manual necessário à engrenagem da vida cotidiana”.

Segundo nos apontam Maria Luiza Marcílio (1974) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), desde os tempos coloniais, e mesmo no decorrer do Império, a população brasileira, em sua maioria, viveu de forma celibatária. No Espírito Santo não foi diferente. Autores como Câmara (2013), Mergár (2006) e Alinaldo Faria de Souza (2007), analisando autos criminais na Província do Espírito Santo, verificaram que, no conjunto de personagens presentes nesses autos (réu, vítima e testemunhas), o número de solteiros era infinitamente superior quando comparados com os casados e viúvos, o que nos leva a depreender que, no conjunto total da população, esse fenômeno não era diferente.

Como o casamento era caro e havia uma burocracia no processo matrimonial, conforme aponta Eliane Cristina Lopes (1998), assim como acontecia em outras localidades do país, na Província do Espírito Santo havia entraves para a concretização dos casamentos. Em geral, eram as pessoas de maior posse econômica que efetivamente se casavam. Isso não quer dizer que pobres e escravos não se casassem.

A labuta, a faina diária, era uma realidade da população da província. Para amenizar o labor extenuante do dia a dia, a população encontrava momentos para se divertir, quer fosse no mundo privado, quer no mundo público.

Era na rua que a população mais se divertia, o que não significa dizer que no interior das residências esses momentos de alegria não ocorressem. Bailes, batuques, jogos de carteados eram frequentes no interior das residências. Vendas, tavernas, estalagens também eram locais onde o consumo de bebidas, as cantorias e as danças divertiam os seus frequentadores.

As festas religiosas eram as mais numerosas e certamente as mais concorridas. A população se misturava e, independentemente do estrato social a que pertencesse, ricos e pobres, brancos, negros e mestiços se encontravam para se divertir.

Os locais de maior sociabilidade eram as igrejas, onde se participava das rezas ou das missas. Nos dias comemorativos aos santos, que eram muitos, aconteciam as festas, que eram muito concorridas. O padre Francisco Antunes Siqueira (1999) nos fala de como essas festas eram divertidas e aguardadas pela população, que a elas acorriam provenientes de diversas localidades na expectativa de se divertir. Irmandades religiosas esforçavam-se para realizar festas suntuosas para seus santos de devoção.

Sobre as festas no Brasil, a historiadora Mary Del Priore (1994, p. 45) diz que estas tinham funções formais para os diferentes estratos da população. Para as elites e para a Igreja, serviam como um “Meio hábil de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica [...]” e de situação social. Não obstante todos delas poderem participar, diz ainda a mesma autora que a participação das classes populares era regrada, estabelecidas regras e comportamentos. Embora o regramento estivesse posto, isso não significava que não houvesse brechas para resistência, o que pode ser bem notado pelas críticas que as autoridades governamentais e religiosas faziam ao comportamento do povo, que se excedia em escândalos, perturbando o sossego. Os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil do século XIX narraram sobre essa questão.

Relatando sobre festas religiosas e profanas, Bastos (2009) diz que elas ocupavam as ruas de Vitória, as praças de frente às igrejas

e também o cais. Geralmente, prolongavam-se madrugada adentro. O público, nesses eventos, não se restringia às pessoas livres. As irmandades de homens brancos e a de escravos organizavam suas comemorações de modo que os trabalhos se iniciassem após o anoitecer. Uma festa bastante esperada pelo público era o carnaval. Anunciavam-se o cronograma dos bailes de máscaras, o horário e itinerário das bandas de música com explicações de como estaria organizada a Capital nesses dias de folia. As atividades culturais de Vitória, as festas e outras comemorações previstas pelo calendário local eram incentivadas pela imprensa da Capital.

Percorrer as ruas para buscar água nos chafarizes da cidade também se afigurava como uma atividade comum do dia a dia dos habitantes das vizinhanças capixabas, mas podia reservar boas conversas, uma fofoca recém-divulgada. Por se tratar de espaço público de primeira necessidade dos indivíduos, os chafarizes foram cenários de amizades, mas também de conflitos diversos. Fosse para trabalhar, fosse para se divertir, os capixabas atribuíam um sentido social aos espaços públicos, principalmente as ruas, os chafarizes, as praças.

Ao vir ao Brasil para verificar em diversas localidades como viviam os imigrantes suíços que vieram para o país, Johann Von Tschudi, ao assistir a um espetáculo na Capital da província, desmerece-o, afirmando que a cantora lírica que se apresentava era mulata, de baixa estatura, de voz anasalada e monótona, sem qualidades artísticas. Não obstante, afirma que ela foi efusivamente aplaudida pela plateia, creditando tal fato a que os moradores locais não estavam acostumados com eventos de melhor qualidade. Assim definiu o espetáculo que assistiu como enfadonho, afirmando que, durante a apresentação, desejou que terminasse o “[...] mais breve possível aquela tortura física e espiritual, pois o pequeno auditório do teatro estava repleto de espectadores e o calor e o ar pesado eram quase sufocantes” (2004, p. 68).

A maioria da população era analfabeta, e o número de mulheres analfabetas era o mais elevado. De forma geral, escravos e mulheres não tinham acesso à instrução. Escolas para meninas só começaram a funcionar em 1845.

Talvez por possuir população diminuta e a maioria iletrada, os jornais demoraram a circular no Espírito Santo. O primeiro só surgiu em 1849, *Correio da Victoria*, depois vieram outros, como o *Jornal da Victoria*, em 1864, e *O Espírito-Santense*, de 1870, segundo nos aponta Jória Motta Scólforo (2011). Sobre o acesso à informação contida nos jornais, a mesma autora diz que:

[...] não se pode desconsiderar as formas diversificadas de acesso à informação, como leitura em voz alta ou os comentários relacionados às notícias dos jornais transmitidos de indivíduo para indivíduo. Não se avalia, portanto, que apenas quem sabia ler tinha acesso aos periódicos, pois existem outras formas de disseminação das informações (SCÓLFORO, 2011, p. 27).

O comércio funcionava até tarde, mesmo depois que a luminosidade do Sol tivesse desaparecido. Da mesma forma, Bastos (2009) diz que, na cidade de Vitória, os estabelecimentos comerciais funcionavam até tarde da noite, podendo-se encontrar os pequenos comércios abertos até às 22 horas.

Segundo Raphael Americano Câmara (2013, p. 63), o comércio era variado:

Havia desde as casas comerciais mais sofisticadas dos grandes comerciantes, com lojas de maior porte, que vendiam até produtos importados, até o pequeno comércio, que atendia o grosso da população, vendendo miudezas e gêneros de primeira necessidade, além é claro, do comércio ambulante, que oferecia seus produtos nas ruas, principalmente os alimentícios, como doces e salgados.

A iluminação das cidades era precária, até mesmo a da Capital, Vitória, em todo o decorrer do século XIX. Embora, desde 1837, tenha sido inaugurada a iluminação pública, com 40 lâmpões a azeite de peixe, localizados nos pontos mais importantes da cidade, a iluminação continuou precária. Em 1847, quase a totalidade das ruas da Capital da província não tinha iluminação, com exceção apenas para o Palácio do Governo, a Cadeia Pública e o Quartel, o que levou a Assembleia Legislativa a autorizar o Governo Provincial a firmar o contrato com Manoel Teixeira Maia para a iluminação da cidade. Na década de 1870, Vitória veio a ganhar iluminação a gás, no entanto nunca foi considerada uma cidade bem iluminada pela população. Nem todas as ruas contavam com iluminação. Em noites de lua cheia, lâmpões eram apagados por questão de economia. Só no século XX, com a chegada da luz elétrica, é que a cidade será mais bem iluminada.

A saúde pública era outro problema, pois faltavam médicos e hospitais. A ausência de médicos e boticários levava a população a ter que recorrer aos remédios caseiros, orações ou, então, a curandeiros, para livrá-la dos males que a afligiam. O único hospital existente era a Santa Casa de Misericórdia.

A falta de higiene nas ruas era uma constante. Nelas se jogavam detritos pelas janelas, animais eram criados soltos pelas ruas... Água encanada não existia, assim como sistema de esgoto.

Surtos epidêmicos assolaram a província especialmente a partir da segunda metade do século XIX, provocando grande número de mortos. Febre amarela, varíola e cólera foram os males que mais pavor provocaram na população local. Afora esses surtos, outras doenças também afligiam cotidianamente os moradores da província, como as febres intermitentes, coqueluche, impaludismo, malária etc. Além de mortes e, conseqüentemente, do decréscimo da população, as epidemias provocavam escassez na produção de alimento e carestia de vida.

Vimos que até a chegada dos imigrantes a população do Espírito Santo se apresentava rarefeita e com grandes vazios demográficos, concentrando-se basicamente nas faixas litorâneas. Mas, por serem um contingente em sua maioria jovem, em plena atividade de reprodução, esses imigrantes contribuem significativamente para aumentar o número de habitantes do Estado, ocupando também o interior, área onde a maioria deles foi assentada. Em 1900, segundo o Recenseamento Geral da República, a população do Espírito Santo era de 209.783 habitantes; em 1920, subia para 457.328.

Para Nara Saletto (1996), a maioria da população vivia nas áreas interioranas, dedicando-se à agricultura, em especial ao plantio de café. Sebastião Pimentel Franco (2009, p. 61–62) afirma:

A vida nas fazendas ou em pequenas propriedades era pacata, com poucos recursos. Os habitantes viviam modestamente, procurando ser quase autossuficientes. Como não tinham grandes recursos para adquirir produtos necessários ao dia a dia, a população da zona rural tinha uma vida simples. A grande maioria era pobre. Os pequenos agricultores, meeiros, trabalhadores braçais, que vendiam sua força de trabalho, vivam em estado de penúria, sobrevivendo com grande sacrifício [...]. Sem luz elétrica, sem estradas ou meios de comunicação, a população da zona rural vivia praticamente isolada.

O trabalho e a faina diária eram penosos, efetuado de sol a sol. Não havia tempo para descanso e lazer, o que só acontecia em finais de semana, em especial no domingo, quando todos iam às rezas, praticavam sociabilidades, jogavam, conversavam.

Habitavam em casas rústicas, em geral de pau a pique. Essas moradias se caracterizavam por serem despojadas de luxo, com poucos objetos. As crianças eram acomodadas em um único quarto.

A população, nos primeiros anos da República, era dividida em três segmentos: a elite, constituída de dirigentes políticos, juristas, altos funcionários do Estado, altos comerciantes, exportadores de café e grandes proprietários rurais; um grupo intermediário, formado de profissionais liberais, pequenos comerciantes, funcionários públicos menos graduados, professores, operários, estivadores, arrumadores, operários de ferrovias, pequenos proprietários de terra; e os menos favorecidos, que eram a maioria, entre eles, biscateiros, boias-frias, artesãos, meeiros, enfermeiros, vendedores, coveiros, pequenas costureiras, empregadas domésticas, lavadeiras, telefonistas, entre outros, de forma geral, discriminados e explorados sem qualquer direito trabalhista.

O número de escolas e de estudantes não era tão elevado e tendeu a aumentar gradativamente no decorrer da Primeira República. As escolas de nível secundário eram pequenas e concentravam-se nas áreas mais populosas. A população mais pobre, quando tinha acesso à instrução, não passava do nível primário.

Poucos eram os jornais existentes e aqueles das localidades interioranas tinham circulação restrita.

As opções de lazer eram poucas, diferenciando o mundo rural do mundo urbano. Em geral, restringiam-se a brincadeiras, passeios por praças e coretos. As festas familiares e religiosas constituíam os momentos de maior sociabilidade. Crismas, batizados, aniversários, casamentos, reuniões de família e, nas regiões interioranas, o encontro para os bailes eram momentos de rara diversão.

Nos dias de domingos, dias santos ou datas cívicas comemorativas, as pessoas se reuniam para conversar, jogar futebol, jogar bocha, cantar, entre outras atividades. Nas festas religiosas, reuniam-se num determinado ponto, em geral na sede do povoado, pessoas provenientes das regiões mais distantes, ocorrendo uma agregação das massas.

A realização de festas levava à integração social. Para abri-lhantá-las, as pessoas ajudavam-se mutuamente.

As missas ou rezas aos domingos ou dias santos eram, no entanto, momentos em que, com maior frequência ocorria a sociabilidade. Infalivelmente, todos se dirigiam à igreja para conversar e colocar as notícias em dia.

Dependendo do estrato social a que pertenciam os indivíduos, outros eram os locais de sociabilidade: os botequins e quiosques, onde se juntavam as pessoas mais pobres. O mercado era ponto de trabalhadores avulsos à espera de pequenos serviços, pelos quais pudessem ganhar um pouco de dinheiro que lhes garantisse a sobrevivência.

Nos centros mais populosos, os cinemas e os teatros eram locais de divertimento, sobretudo a partir do início do século XX, quando cresce o número de cinematógrafos, como aponta Maria Inez Machado Borges Pinto (1994).

Em Vitória, o cineteatro Melpômene foi o primeiro que surgiu. Todo em madeira pinho-de-riça, ficava no Largo da Conceição (hoje Praça Costa Pereira). Suas obras foram iniciadas em dezembro de 1895 e foi inaugurado em maio de 1896. Possuía iluminação própria e capacidade para 800 pessoas. Em 1924 sofreu um incêndio que o destruiu.

O primeiro cinema de Vitória foi o Éden Cinema, inaugurado em 1907, com capacidade para 150 pessoas. Havia ainda o Cine Rio Branco, na Praça Oito, e o Cine Central, que foi inaugurado em 1921, com capacidade para 600 pessoas.

De todos os cinemas que existiram na Capital, Vitória, o Politeama, localizado no Parque Moscoso, foi o mais famoso. Era frequentado por um grupo bastante heterogêneo. Pessoas de diferentes estratos para lá ocorriam: crianças, “[...] comerciários, operários, prostitutas, empregadas domésticas disputavam a compra de bilhetes. O preço da entrada era de dois mil réis nas cadeiras e um mil réis nas gerais”, segundo João Gualberto Moreira Vasconcellos (1993, p. 106). Às segundas-feiras, apresentava a chamada sessão colosso, também conhecida por feijoada, por repetir

a matinê do domingo, sempre seguido de um filme do gênero mistério. Era considerado a “cara” do povo.

Em 1905, foi inaugurado o Éden Parque, que contava com jardim, bilhar e bar. Ali funcionava um gramofone, em torno do qual o povo se reunia para ouvir música.



Figura 10
Bondes puxados
a burro em Vitória
(1905)

No Governo de Jerônimo Monteiro, com a reurbanização da capital Vitória, grandes transformações ocorreram. A chegada da energia elétrica possibilitou importantes mudanças na vida cotidiana da cidade. Os meios de transporte foram alterados, os bondes, que antes eram puxados a burro, passaram a ser movidos à energia elétrica.

Outra importante transformação na cidade foi a implementação do sistema de água e esgoto. Se antes a população tinha que se deslocar aos chafarizes para abastecer as suas casas, a partir de então puderam contar com esses serviços, que chegavam aos seus lares.



Figura 11
Abastecimento de
água em chafariz
em Vitória (1905)

O Parque Moscoso era tido como área nobre da cidade, pois ao redor dele estavam concentradas as residências da elite. Durante o dia, era ponto de reunião de famílias e estudantes; à noite, transformava-se no *footing* das empregadas domésticas e dos militares.

As duas principais praças eram a Praça Oito e a Costa Pereira. Esta, inaugurada em 1924, era o *footing* de sábado e domingo da classe média, das famílias mais ricas. Rapazes e moças bem arumados flertavam de seus bancos. Era comum ficarem transitando de um lado para o outro, os rapazes de um lado e as moças de outro. Já a Praça Oito era o ponto predileto de “[...] funcionários públicos que deixavam as repartições, estudantes que saíam dos colégios, gente que não tinha o que fazer no momento e gente que nunca teve o que fazer [...]”, de acordo com Renato José Costa Pacheco (1998, p. 16).

Os cafés, bares e restaurantes eram outros pontos importantes de sociabilidade. O Café Globo, o Trixet, o Petrópolis, o Estrela, o Jaú, o bar do Hotel Universo, o Restaurante Brasil, conforme Pacheco (1998, p. 18), “[...] constituíam pontos de encontro de políticos, escritores, jornalistas, comerciantes [...]”.

As farmácias também eram pontos de encontro de pessoas de estratos sociais privilegiados. As farmácias Aguirre, Pessoa, Waldemiro e Juvenal Ramos reuniam “[...] homens letrados e diplomados, nelas faziam ponto os médicos [...]”, no dizer de Luiz Guilherme dos Santos Neves (1996, p. 18).

Os clubes também eram significativos pontos de sociabilidade, sobretudo da classe média e da elite. O Clube Vitória, conhecido como o “Aristocrático do Moscoso”, era o mais famoso. Nele ocorriam os grandes bailes de debutantes, os concursos de rainha e depois os de *misses* e os bailes de carnaval.

Outra opção de lazer eram as regatas domingueiras e os banhos de mar na Praia Comprida e na Praia do Canto.

O abastecimento de gêneros alimentícios era feito em quitandas e por vendedores ambulantes de porta em porta. Leite, carne verde, banha de porco, aves, legumes, frutas, peixe, ovos eram comprados diariamente.

Conforme aponta Elmo Elton, o presidente do Estado, em 1892, Muniz Freire, assim se reporta às condições de vida da Capital:

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, seguindo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas, não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas, mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo citado material e pela situação de sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis repartições e serviços públicos mal

acomodados à falta de prédios, sem teatro, sem um passeio público, sem hospitais, sem um senso de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprovida de toda a defesa sanitária; necessitando construir novos cemitérios, devido a irrevogável condenação dos atuais.

A situação de precariedade era tanta que, entre 1908 e 1912, Jerônimo Monteiro, implementou uma série de obras buscando reurbanizar a Capital. Ao final de seu governo, diz Elton:

Vitória torna-se habitável, quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras. Água pura e abundante, serviço regular de limpeza pública, hospital moderno, isolamento discreto para doentes contagiantes, política domiciliar, laboratório de análise, ruas feericamente iluminadas deram fama à cidade. A energia elétrica, a menos de 20 centavos o quilowatt, além do conforto doméstico, possibilitou o nascimento de pequenas indústrias, indispensáveis à vida moderna. O transporte urbano, antes de tração animal, [...] foi eletrificado, criando-se as linhas de Santo Antonio à Praia do Suá e a comodíssima rede circular pôs em comunicação a cidade baixa com a Catedral e o Palácio do Governo. O serviço funerário ganhou carros elétricos, facilitando os enterros [...] (ELTON, 1999, p. 17).

O Espírito Santo, a partir da década de 1960, passará por profundas transformações. Com o desenvolvimento industrial, haverá a constituição de uma área mais urbanizada concentrada na região próxima à capital, Vitória, em consequência do êxodo rural que se estabeleceu após a erradicação dos cafezais.

Como a maioria dos migrantes que fugiam das áreas rurais fosse uma mão de obra desqualificada, se, num primeiro momento, não tiveram dificuldades em conseguir emprego com a instalação das indústrias, num segundo momento, quando as indústrias

já entravam em funcionamento, eles eram descartados, surgindo, assim, um grande contingente de pessoas marginalizadas que passaram a viver nas áreas urbanas. A falta de moradia, com o preço excessivo que passaram a ter os imóveis próximos às indústrias, fez com que fossem se constituindo as favelas nas áreas periféricas, sem infraestrutura, como serviços de água e esgoto.

Áreas, como Serra, Viana e Cariacica, onde predominava o rural, rapidamente perderam essas características, transformando-se em áreas urbanizadas de forma desordenada.

Referências

- 1) ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/Ufes, 1993.
- 2) ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 215–287.
- 3) ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 99–108.
- 4) ARAÚJO, Carlos Moreira et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006.
- 5) BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850–1872**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

- 6) BITTENCOURT, Gabriel. **O capitalismo subsidiado**: um estudo sobre a pré-industrialização do Sudeste açucareiro e sua influência no Espírito Santo (1870–1920). Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.
- 7) BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca**: desafio à oligarquia Monteiro no Espírito Santo (1916). 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- 8) CARONE, Edgar. **A República velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- 9) CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790–1821). Vitória: Secult, 2010.
- 10) DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

- 11) DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Guanabara: Artenova, 1974.
- 12) ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Edufes, 1999.
- 13) ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. Crédito e economia mine-radora: endividamento e estratégias de circulação monetária dos agentes populares em Vila Rica (1730–1760). In: MOURA, Esmemalda Blanco Bolsonaro de; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Org.). **História econômica: reflexões e construção do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 327–344.
- 14) FAGUNDES, Pedro Ernesto. A marcha de Vitória: a marcha da famí-lia com Deus pela liberdade na Capital do Espírito Santo (1964). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et al. **O Estado do Espírito Santo e a Ditadura**. Vitória: GM, 2014. p. 10–28.
- 15) FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 16) FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: Edusc, 2003.
- 17) FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumula-ção e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790–1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- 18) FREIRE, Mario Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535–1822)**. Vitória: Flor&Cultura; Cultural/ES, 2006.
- 19) FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

- 20) GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província de Santa Cruz (1576)**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, [s.d.].
- 21) GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- 22) GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de Oitocentos**. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- 23) GROSSELLI, Renzo Maria. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874–1900**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- 24) GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 324–338.
- 25) HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.
- 26) HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **História do Espírito Santo, 4º ano ou 5º ano: ensino fundamental**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2012.
- 27) HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial: administração, economia e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1975.

- 28) IGLÉSIAS, Francisco. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- 29) JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro ou crônica dos frades menores da província do Brasil (1761)**. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.
- 30) KLEIN, Hebert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 13–31.
- 31) LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750–1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 32) LEITE, Serafim Soares. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo I.
- 33) LEITE, Serafim Soares. **Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- 34) LEWKOWICZ, Ida et al. (Org.). **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- 35) LIMA, Manuel da Silva. **Educação indígena Tupinikin e Guarani: 20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- 36) LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.
- 37) MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: SPDC, 1994.

- 38) MACHADO, Regina Coeli Vieira. Índios do Brasil. **Pesquisa escolar on-line**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 28 ago. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=675:indios-do-brasil&catid=44:letra-i>. Acesso em: 4 junho 2015.
- 39) MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população. São Paulo: Edusp, 1974.
- 40) MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- 41) MERGÁR, Arion. **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853–1870)**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- 42) MERGÁR, Eucélia Maria Agrizzi. **Repartição da competência tributária no Império e seus efeitos na Província do Espírito Santo (1836–1850)**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- 43) MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava no Espírito Santo, 1800–1871. 225 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- 44) NEVES, Luiz Guilherme Santos. **Procissão de São Benedito**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

- 45) OLIVEIRA, Ueber José. As campanhas eleitorais vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1954–1962). *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 149–167, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3883/2518>>. Acesso em: 15 abril 2015.
- 46) PALACIOS, Guillermo. Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no Nordeste Oriental durante o século XVIII. In: SZMREC-SÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 35–53.
- 47) PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Tipografia de Moreira, 1878.
- 48) PEREIRA, Syrléia Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres**. 279 f. 2008. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- 49) PEROTA, Celso; MENDONÇA, Mozart. 7.000 anos de pré-história indígena no Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, 1992.
- 50) PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do pobre trabalhador em São Paulo (1890–1914)**. São Paulo: Edusp, 1994.
- 51) PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- 52) PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

- 53) RESENDE, Edna Maria. **Entre a solidariedade e a violência:** valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840–1860. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte, MG: Fapemig; Barbacena, MG: Unipac, 2008.
- 54) RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces:** família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790–1871). 2012. 2000 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- 55) SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- 56) SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888–1930).** Vitória: Edufes, 1996.
- 57) SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535–1700):** a presença dos cristãos novos. Vitória: SPDC, 1994.
- 58) SANTOS, Breno Machado dos. Os primeiros jesuítas e o trabalho missionário no Brasil. **Anais do I Colóquio do LAHES.** Juiz de Fora: UFJF, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a7.pdf>>. Acesso em: 6 abril 2015.
- 59) SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire.** Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.
- 60) SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru: Edusc, 2001.
- 61) SCÓLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida:** poder, política e falecimentos nos periódicos “Correio da

Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espírito-Santense”. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/, 2011.

- 62) SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistemas de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1984.
- 63) SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870–1940)**. Vitória: Codesa, 1995.
- 64) SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da Província do Espírito Santo, 1860–1880**. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- 65) THEVET, André. **Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XV**. Paris: 1578.
- 66) TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça, 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.
- 67) VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: SPDC, 1995.
- 68) VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **Vitória: trajetória de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993.
- 69) WANICK, Flávio Calmon. **Presidente Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela História**. Vitória: Flor&Cultura, 2008.



**Laboratório
de Design Instrucional**

TIPOGRAFIA Milo Pro, Milo Serif Pro e Fertigo Pro

CAPA papel supremo 300g/m²

MIOLO papel Offset 90g/m²

IMPRESSÃO xxxxxxxxxxxx

Sebastião Pimentel Franco

Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Licenciado em História (UFES) e Bacharel em Museologia (UNIRIO). Mestre em Educação (UFES), Doutor em História (USP) e Pós-doutor (UERJ). Autor de inúmeros livros autorais e de organização, como: A República e o Espírito Santo, As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião; Ensino de História, seus sujeitos e suas práticas; exclusão social, violência e identidade; gênero, etnia e movimentos sociais na História da Educação; A cidade a prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos; História e educação, territórios em convergência; História, mulher e poder; História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção; História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes; Uma História brasileira das doenças v.4. Autor do livro História do Espírito Santo para ensino fundamental aprovado pelo PNLD.



ISBN

www.neaad.ufes.br
(27) 4009 2208

